



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Walmyr Gonçalves da Silva Junior

**Horta Comunitária Maria Angu: Lutando
contra o Racismo Ambiental Plantando
Segurança Alimentar**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Ciências da Conservação e
Sustentabilidade do Departamento de Geografia e
Meio Ambiente da PUC-Rio.

Orientadora: Prof.^a Joana Stingel Fraga

Rio de Janeiro
Abril de 2025



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Walmyr Gonçalves da Silva Junior

Horta Comunitária Maria Angu: Lutando
contra o Racismo Ambiental Plantando
Segurança Alimentar

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Ciências da Conservação e
Sustentabilidade do Departamento de Geografia e
Meio Ambiente da PUC-Rio. Aprovada pela
Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Rafael Soares Gonçalves

Presidente

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Rogério Ribeiro de Oliveira

Instituto Internacional para Sustentabilidade

Prof. Victor Tinoco de Souza

Pesquisador Autônomo

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2025

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, da orientadora e da universidade.

Walmyr Gonçalves da Silva Junior

Graduou-se em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2016. Desenvolveu sua monografia sobre a construção da memória do território da Favela da Kelson's / Marcílio Dias, no Complexo da Maré. É coautor do livro 'Porta Vozes da Resistência - Narrativa de Três Favelados'. É pós-graduado no curso Lato Sensu: "Juventudes no Mundo Contemporâneo" pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Desenvolve projetos e pesquisas nas áreas de Direitos Humanos, História das Favelas, Racismo Ambiental, Emergências Climáticas, Segurança Alimentar, Religiosidades, Combate ao Racismo, Ações Afirmativas e Juventudes. Coordena a Horta Comunitária Maria Angu e é funcionário da PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Silva Junior, Walmyr Gonçalves da

Horta Comunitária Maria Angu : lutando contra o racismo ambiental plantando segurança alimentar / Walmyr Gonçalves da Silva Junior ; orientadora: Joana Stingel Fraga. – 2025.

92 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2025.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Hortas comunitárias. 3. Serviços ecossistêmicos. 4. Segurança alimentar. 5. Educação ambiental. 6. Racismo ambiental. I. Fraga, Joana Stingel. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Aos meus pais Wamyr e Márcia, e a seu
Dário (ambos vivos na memória).

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da minha vida e a Nossa Senhora Aparecida pela sua constante intercessão. Sou grato a minha família pelo estímulo, apoio, confiança e correções, que no dia a dia forjou o homem que sou. Com isso, de forma carinhosa e especial agradeço a minha matriarca, ancestral vivo da minha família, minha vovó Maria Isabel. Essa mulher negra e favelada dedicou sua vida à criação dos seus filhos, netos e agora bisnetos. Meu muito obrigado a minha Irmã, Isabela Cristina, referência acadêmica para mim. Bela é meu grande orgulho e me deu a oportunidade de ser titio do nosso tesouro Alice. Agradeço pelo cuidado de sempre da minha Madrinha Cleonice e meu padrinho José Evanildo. Ao meu compadre Márcio (in memória), Andreza e Fernando, a minha irmã Cristiane, aos primos Paloma, Thaylane, Pedro Luca, Leticia e Malu que com a ternura me impulsiona a ser mais humano, mais primo, mais padrinho, mais compadre.

A Marina Mahfuz todo meu carinho, irmandade, parceria, coletividade e pertença de família. Obrigado por sonhar junto comigo meus mais altos sonhos e me permitir sonhar os seus!!

Agradeço a toda equipe de coordenação da Horta Maria Angu: Nena, Luyane, Filipe, Taty e Tiago. Sem vocês esse projeto não existiria. Obrigado Pirex e Nina por todos os ensinamentos!

Agradeço ao amigo e mestre Prof. Dr. Pe. Waldecir por todo cuidado, confiança, apoio e incentivo ao projeto de extensão Maria Angu e por me incentivar sempre em buscar voos maiores na PUC-Rio. Agradeço também ao Prof. Dr. Pe. Abel SJ por toda amizade e possibilidades que me permitiu ousar entrar no mestrado em meio ao universo profissional da PUC-Rio, na sua pessoa agradeço a todos os Jesuítas que me apoiaram direta e indiretamente nesse projeto.

Agradeço a Pastoral Universitária Anchieta, e na pessoa do Pe. Paulo SJ, agradeço aos colegas de trabalho que passaram em minha vida nesses 10 anos doados neste espaço fecundo de transformação social e religiosa, onde aprendi que devemos “em tudo amar e servir”.

Quero agradecer também aos irmãos e irmãs do Coletivo Enegrecer, do Movimento Negro Unificado, do Nuvem Negra, da DS e da Kizomba, sem vocês minha vida, minha história, minha práxis não teria sentido. Obrigado pela escuta Hugo, Dara, Wescrey, Marília, Paola, Bianca, Phelipe, Haroldo, Denise, Chicó, Dando, Odaraya e Samuel. Esse ano é nosso e se não for a gente toma!

Agradeço carinhosamente ao amigo e irmão Artur Sampaio por acreditar na projeção de políticas públicas para meu território. Assim como ao amigo e também irmão, Filipe Lopes, por acreditar na continuidade desse sonho.

Agradeço a Vereadora Tainá de Paula e toda sua equipe de gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Clima da cidade do Rio de Janeiro, em especial toda equipe do programa Hortas Cariocas.

Agradeço a nossas queridas meninas super poderosas do Instituto Perifa Sustentável por tanta inspiração. À Amanda, Gaby e Mahryan meu muito obrigado. Agradeço demais a Dani, vulgo pretinha, por toda dedicação e auxílio junto ao meu projeto.

Agradeço a turma do Centro Socialista da Penha Circular na pessoa do Matheus e na pessoa da Marcele Oliveira agradeço a toda juventude da Coalizão Clima de Mudança. Agradeço às amigas Tia Denise e Tia Silvia, e Paulinha por darem sentido ao nosso plantar e colher. Em suas pessoas agradeço a ONG Criando Laços Especiais e as Creches Hotelzinho e Ovelhinha.

Agradeço a toda equipe do NAI - Núcleo de Acolhimento Institucional da PUC-Rio, na qual me permitem sentir e saborear as melhores coisas da convivência harmônica no ambiente profissional. Agradeço nas pessoas da Amara e Carolina à todos os colegas de trabalho. Sem abraçarmos juntos esse projeto, ele não teria nascido.

À Joana Stingel meu muito obrigado por toda orientação, apoio e amizade nesse período de escrita desta Dissertação. A Rafael Soares Gonçalves e Victor Tinoco, que aceitaram a proposta de ser banca julgadora deste trabalho. Na pessoa dos professores Rogério e Agnieszka agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pela bolsa de estudos a mim concedida para realização deste Mestrado. A Alan, Guilherme e Ana por todo apoio logístico antes, durante e depois do curso. Aos demais professores, funcionários e amigos de turma meu muito obrigado por toda compreensão e solidariedade.

É sempre bom lembrar que a PUC-Rio nos ensina que nada é pesado para quem tem asas.

A todos e todas, Muito Obrigado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Silva Junior, Walmyr Gonçalves da. Fraga, Joana Stingel. **Horta Comunitária Maria Angu: Lutando Contra o Racismo Ambiental Plantando Segurança Alimentar**. Rio de Janeiro, 2025. 92p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A Horta Maria Angú foi criada em dezembro de 2021 na Favela Kelson's/Marcílio Dias - Complexo da Maré - Zona Norte do Rio de Janeiro, através do aporte de incentivo do IEAHU (Instituto de Estudos Avançados em Humanidades) da PUC-Rio. Uma Solução baseada na Natureza (SBN) proposta como intervenção no território favelado em contexto de vulnerabilidade que, ao mesmo tempo que aproxima a produção e conhecimento acerca de alimentos orgânicos do consumidor periférico, oferece serviços ecossistêmicos, fortalece redes de articulação socioambientais locais e reconfigura a luta desses moradores contra o racismo ambiental. Com o objetivo de contribuir na mitigação da crise socioambiental, imposta pelas emergências climáticas, a iniciativa busca contribuir para a resistência e resiliência do território da Favela Marcílio Dias/Kelson's diante do cenário crítico apresentado pela injustiça ambiental e insegurança alimentar. O trabalho da Horta Maria Angu é reflexo do desejo de diversos atores envolvidos na urgente reintegração da natureza à paisagem favelada e urbana. O processo de construção do projeto, que se dá de forma sistêmica, é parte da resposta aos desafios da Ciência da Sustentabilidade diante da urgente demanda de equidade e adaptação climática que vivemos na contemporaneidade. Elegemos como lócus do presente estudo a análise descritiva do desenvolvimento das práticas que se consolidam como ação da Horta Maria Angu na favela da Kelson's. Como objetivo geral analisamos o processo de formação da horta, a escolha do seu nome, a memória ambiental atravessada no território das favelas da Maré, os seus avanços e complexidades acerca dos objetivos do desenvolvimento sustentável, identificando as questões que desafiam a superação do racismo ambiental. Neste trabalho importa-nos conhecer os Serviços Ecossistêmicos do processo de formação, experiências e impactos da Horta Maria Angu a partir dos seguintes objetivos específicos: (1) Dimensionar a segurança alimentar dos assistidos pela Horta na favela da Kelson's/Marcílio Dias (2) Garantir um espaço de produção de alimentos orgânicos e a entrega desses alimentos para crianças atendidas por duas creches

comunitárias parceiras. (3) Desenvolvimento de atividades socioambientais educativas para crianças, jovens e adultos moradores sobre temas relacionados à segurança alimentar e racismo ambiental. (4) Criação de hortas e plantios em estabelecimentos e residências da comunidade. (5) Desenvolvimento de mecanismos pedagógicos para a rede de ensino local acerca da agenda ambiental. (6) Construção de redes de apoio e incidência de parceiros externos no território. (7) *Advocacy* na construção de políticas públicas socioambientais no território. Identificamos também que a partir do engajamento e voluntariado nos variados processos de desenvolvimento da Horta Maria Angu as ideias em torno da ocupação do espaço público, da resposta de discutir o território e da produção da consciência coletiva, nos permite ver que tudo e todos estão interligados e que os problemas globais exigem soluções também pautadas na vida dos sujeitos.

Palavras-chave

Hortas comunitárias; serviços ecossistêmicos; segurança alimentar; educação ambiental, racismo ambiental.

Abstract

Silva Junior, Walmyr Gonçalves da. Fraga, Joana Stingel. (Advisor). **Maria Angu Community Garden: Fighting Environmental Racism by Planting Food Security.** Rio de Janeiro, 2025. 92p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The Horta Maria Angu was created in December 2021 in the Kelson's/Marcílio Dias Slum - Complexo da Maré - North Zone of Rio de Janeiro, with the support and incentive from IEAHU (Institute of Advanced Studies in Humanities) of PUC-Rio. It is a Nature-Based Solution (NBS) proposed as an intervention in a slum community in a vulnerable context. This initiative not only brings knowledge about organic food production closer to consumers who live in the outskirts of the city, but also offers ecosystem services, strengthens local socio-environmental networks and reconfigures the residents' fight against environmental racism. With the goal of contributing to the mitigation of the socio-environmental crisis aggravated by climate change, the initiative aims to support the resistance and resilience of the Marcílio Dias/Kelson's Slum territory in the face of the critical scenario presented by environmental injustice and food insecurity. The work of Horta Maria Angu reflects the desire of various actors involved in the urgent reintegration of nature into the slum and urban landscape. The project development process, which occurs systematically, is part of the response to the challenges of Sustainability Science in light of the urgent demand for equity and climate adaptation we are facing today. We chose as the locus of the present study the descriptive analysis of the development of the practices that consolidate as the action of the Horta Maria Angu in the Kelson's slum. The general objective is to analyze the process of forming the community garden, the choice of its name, the environmental memory that permeates the territory of the Maré slums, its progress and complexities regarding the goals of sustainable development, identifying the issues that challenge overcoming environmental racism. In this work, we aim to understand the Ecosystem Services of the formation process, experiences and impacts of the Horta Maria Angu based on the following specific objectives: (1) To provide food security for the residents of the Kelson's/Marcílio Dias slum in the North Zone of Rio; (2) To ensure a space for the production of organic food and the delivery of these foods to children attended by two partner community daycare

centers; (3) To develop socio-environmental educational activities for children, youth and adult residents on topics related to food security and environmental racism; (4) To create community gardens and sowing in local establishments and residences; (5) To develop pedagogical mechanisms for the local education network regarding the environmental agenda; (6) To construct support networks and involvement of external partners in the territory; (7) To advocate for the construction of socio-environmental public policies in the territory. We also identified that from the engagement and volunteering in the various processes of developing the Horta Maria Angu, the ideas around the occupation of public space, the response to discussing the territory, and the production of collective consciousness, allow us to see that everything and everyone are interconnected, and that global problems also require solutions based on the lives of the individuals.

Keywords

Community Gardens; Ecosystem Services; Food Security; Environmental Education; Environmental Racism.

Sumário

Motivações iniciais	14
1. Introdução	19
1.1. Objetivo geral	25
1.2. Objetivos específicos	25
2. Serviços ecossistêmicos e soluções baseadas na natureza	26
2.1. Revisão conceitual / Racismo Ambiental / Segurança Alimentar ...	26
2.2. Racismo ambiental.....	30
2.2. Insegurança alimentar.....	33
3. Metodologia.....	36
4. Complexo da Maré: a história de muitos territórios	41
4.1. Memória Ambiental do Balneário da Leopoldina.....	44
4.2. Porto de Maria Angu	47
4.3. Praia da Moreninha, Favela da Kelson's e Marcílio Dias	51
5. Botando verde na mesa da favela / Provisão de Alimentos (plantio, colheita e distribuição) / Educação Ambiental na Escola Gonzaguinha / Parcerias CS - Ação da Cidadania / Hortas Cariocas - Política Pública no Território	61
5.1. Provisão de Alimentos: do plantio à distribuição	62
5.2. Educação Ambiental na Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha.....	71
5.3. Parcerias que geram vidas: CS - Ação da Cidadania- Coalizão Clima de Mudança - Tecendo Laços Especiais	75
5.4. Advocacy e Política Pública: O Programa Hortas Cariocas	78
5.5. Horta Maria Angu e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	79
6. Conclusão	87
7. Referências bibliográficas	89

Lista de figuras

Figura 1: Mapa das 17 comunidades do Complexo da Maré descrevendo sua distribuição territorial	41
Figura 2: Localização da estação Maria Angu da EPT Rio D'Ouro	46
Figura 3: A fotografia do Porto de Maria Angu, mostra uma faixa litorânea da região da Penha/Ramos ainda preservada, antes do processo de aterramento que transformou radicalmente a paisagem da Leopoldina.	48
Figura 4: Imagem do piquenique na Praia das Morenas, cena que ilustra a importância social e cultural que a praia tinha para a comunidade local.....	52
Figura 5: Imagem do Jornal O Globo de 9 de dezembro de 1940 que trouxe muita reclamação dos habitantes das praias de Maria Angu e das Morenas	53
Figura 6: Filhos de Moradores da Vila residencial Kelson's	54
Figura 7: Mapa da região norte da cidade do Rio de Janeiro com destaque na zona litorânea da Leopoldina.....	55
Figura 8: Santa Madre Teresa de Calcutá andando pelas ruas da favela da Kelson's	57
Figura 9: Santa Madre Teresa de Calcutá segurando uma das crianças faveladas do local no colo	57
Figura 10: Registro da primeira atividade integradora da horta com as lideranças locais	61
Figura 11: Terreno Baldio.....	67
Figura 12: Terreno em manutenção	67
Figura 13: Construção dos Canteiros.....	68
Figura 14: Canteiro em Produção	68
Figura 15: Colheita da Horta	70
Figura 16: Crianças da Creche Hotelzinho.....	70
Figura 17: Construção do canteiro da Escola Gonzaguinha	72
Figura 18: Visita dos estudantes da Escola Gonzaguinha na Horta da Escola, assim como na Horta Maria Angu.....	73
Figura 19: Capa do Guia de Educação Socioambiental.....	75

Lista de tabelas

Tabela 1: Classificação dos serviços ecossistêmicos segundo a Avaliação do Milênio.....	26
--	----

Motivações iniciais

Hoje, na maior parte do tempo, o planejamento urbano é feito contra a paisagem. Como reconverter tecido urbano industrial em tecido urbano natural, trazendo a natureza para o centro e transformando as cidades por dentro? (KRENAK 2022, p.66).

A criação da Horta Maria Angu é um ato de resistência, uma resposta concreta à precarização da vida de negros pobres e favelados no pós pandemia do COVID19. Uma contra resposta de superação do Racismo Ambiental.

O processo de criação do projeto se dá no desejo de fortalecimento da minha comunidade e da luta por justiça alimentar e ambiental. Esse processo demonstrou como o cuidado com a terra e com o coletivo pode ser um caminho para a cura, tanto no nível individual / espiritual, quanto no nível social.

Neste lugar, de entendimento dos impactos da COVID19 na favela, intensificou a percepção da necessidade de fortalecer redes de solidariedade e resgatar a relação entre território, saúde e soberania alimentar. E como isso marcou minha vida? Em 23 de abril de 2020, ao não sentir o gosto da famosa feijoada de São Jorge¹, detectei meus primeiros sinais de contaminação. Sim, peguei COVID e trazer essa contribuição é de extrema relevância para esse trabalho, porque senti em minha pele o que nosso povo sentiu e sofreu.

Na contramão dos meus pares na favela, durante a pandemia eu estava empregado na PUC-Rio, óbvio que tive um bom plano de saúde e uma estabilidade econômica e profissional, na qual me foi permitido adaptar-me para trabalhar remotamente. E foi nesse cenário profissional de *home-office* que via a limitação da dinâmica social ser superada no cuidado da natureza em minha própria residência. Sim, iniciei uma horta residencial em minha própria casa, e dela, colhi a minha primeira produção de alimentos orgânicos. Foi através dessa experiência que pude oferecer à comunidade da Kelson's uma oportunidade palpável de mitigação dos efeitos da insegurança alimentar.

¹ Santo católico e venerado em diversas outras culturas religiosas, São Jorge é celebrado no Brasil no dia 23 de abril. Em diversas festas populares é oferecida uma saborosa feijoada para festejar o santo. Recomendo para leitura a obra da jornalista e escritora Marília Lamas: “São Jorge: a saga do santo guerreiro - As histórias, as orações e as influências culturais do santo mais querido do povo brasileiro”

Quero construir esse diálogo sobre plantar e colher, sobre se conectar com a terra, sobre o apalpar a pulsão da vida, voltando na minha história, na história da minha família, na história do meu lugar, na luta coletiva de construção desse projeto, com a tentativa de ilustrar como esses processos estão intrínsecos com a memória ambiental deste território onde foi implantada a Horta Maria Angu.

Minha bisavó, Dona Conceição, era uma mulher negra, filha de escravizados em Ubá (MG), foi doada para uma família e foi educada como ‘criada’ no Rio de Janeiro. Em sua luta pessoal pela emancipação do seu corpo, buscou uma relação afetiva como saída para o serviço doméstico forçado. Chegou viúva nas palafitas da praia da Moreninha² no início da década de 1970, com seus 6 filhos e o sonho da casa própria. Sua chegada foi turbulenta, vovó Conceição, após o falecimento do meu Biso, morou em uma ocupação em Jardim América, de lá ela foi removida e veio morar nas palafitas da Praia da Moreninha. Construiu seu barraco que por vez do acaso, teve que mudar de lá removida. Ainda na Favela da Kelson’s³, fundou o Beco Jardim América, homônimo do bairro que fora pela primeira vez despejada e removida. Se tornou uma mulher influente na Praia da Moreninha. Era dona de uma birosca⁴ e uma das mais sábias na arte do jogo do bicho⁵.

Minha avó, Maria Isabel, e seus irmãos, cresceram em uma vida difícil, buscando na Baía de Guanabara a subsistência para a família. Todos foram criados caçando caranguejo no mangue, pescando e limpando marisco. De forma poética, Nei Lopes, através da canção ‘Fumo de Rolo’ nos leva a esse lugar da memória afetiva e de subsistência dos moradores da Maré. Ele traz também a memória da Praia de Maria Angu⁶ em sua letra, que mais a frente vamos melhor contextualizá-la neste processo de pesquisa. Vejamos:

² A Praia da Moreninha era uma das praias da Penha e fazia parte do balneário de praias da Leopoldina. Era localizada no início da Avenida Lobo Junior. Foi moradia dos primeiros moradores (pescadores) do que hoje é a favela Kelson’s / Marcílio Dias.

³ A fábrica de couro Kelson’s data da década de 1940. Na década de 1950 passou a ser uma sociedade anônima. Sua instalação na Penha Circular se envolve em toda a história da favela da Kelson’s / Marcílio Dias

⁴ Birosca é uma pequena mercearia que possui serviços de bar.

⁵ O jogo do bicho é uma bolsa de apostas em números que representam animais. Foi criado em 1892 pelo barão João Batista Viana Drummond, fundador do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, em Vila Isabel, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

⁶ A Praia de Maria Angu era localizada na região de Penha, Olaria e Ramos, incorporando-se às praias do litoral suburbano. Nela, era situado o Porto de Maria Angu e o Ramal ferroviário que

“Saí de mariangu, levando meu caçua
 Pra ir pegar caranguejo em piabetá
 Peguei tanto guaiamu, que arrebentei meu puçá
 Mas vendi tudo na estrada do cafundá
 De lá fui pra japeri, na mata apanhar cipó
 Pra fazer mais caçua, samburá, jacá
 Aí surgiu um saci pulando na perna só
 Pedindo fumo de rolo pra mastigar
 Cadê meu fumo de rolo
 Cadê meu rolo de axá
 Se não trouxe engambelo
 Não entra na mata senão vai ficar”⁷

Esse lugar da memória do bairro, muitas vezes apagado, é lugar de luta e resistência. Na letra de Ney Lopes acima citada, somos levados a memória ambiental. É nela que vislumbramos a riqueza natural e biodiversa apagada da história do Rio de Janeiro. Embora muitos passem pelas margens da Avenida Brasil, poucos sabem que da altura do Bairro do Caju até a entrada da Rodovia Washington Luís existia o balneário de praias e mangues do subúrbio da Leopoldina.

Na condição de cria⁸, me sinto na obrigação de trazer essa contextualização histórica. É ela que me faz esperar em novos tempos para o meu lugar e para nossa Baía de Guanabara.

Porém esse sonho só foi possível com a coletividade em torno da criação do Projeto. A dupla de ataque, lateral, defesa e meio de campo, Marina Mahfuz e Walmyr Junior, se conectam através da Pastoral Universitária Anchieta, que através do apoio do Pe Abel SJ e Pe Waldecir Gonzaga (Dpto de Teologia), foi permitido desenvolver o embrião da Horta MARIA Angu no coração do Convênio SUSTICOM - Sustentabilidade e Comunidade, da PUC-Rio e Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro (Arq Rio).

interligava o bairro da Penha com a Estação de Vicente de Carvalho da companhia E.F. Rio D" Ouro.

⁷ Trecho da música “Fumo de Rolo” do compositor e escritor Nei Lopes.

⁸ Apesar de nascer no Complexo da Penha e ter tido parte da Infância na Cidade Alta, o laço de afeto constituído com a Favela da Kelson's tem muito mais significância para minha trajetória.

Surgiu assim a possibilidade de conectar a construção de uma nova história do meu lugar, com um projeto coletivo escrito por muitas mãos, pelas mãos dos estudantes da PUC-Rio que queriam também ver uma mudança significativa em um território favelado e periférico.

Assim, a motivação individual passa a se tornar uma motivação coletiva, e para dar conta dessa incidência, que foi entendida como tática, como algo palpável, o então ECOLETIVO da PUC-Rio organizou uma série de encontros formativos convocando estudantes da universidade para participar dos mutirões e das iniciativas do projeto.

No início, Victor, Ingrid, Vivian, Francisca, Mariana, Pedro Pires, Luísa, e outros, nos ajudaram na escrita do primeiro edital que disputamos na PUC Rio. O ano era 2021 e o Instituto de Estudos Avançados em Humanidades da PUC-Rio (IEAHu) lançou o edital para apoiar ações com populações vulneráveis no contexto da pandemia⁹. Para dar conta da escrita do projeto iniciamos um processo de visitas a projetos similares, e entre essas idas e vindas destaco duas localidades estratégicas: A Horta Comunitária do Parque da Cidade e a Horta Comunitária de Manguinhos, ambas parte do programa Hortas Cariocas¹⁰. Destaco a horta localizada na favela de Manguinhos, no Rio de Janeiro, porque foi criada em 2013, e essa iniciativa tornou-se referência em agricultura urbana, sendo reconhecida como a maior horta comunitária da América Latina. Com uma área de quase três hectares, a horta desempenha um papel essencial na segurança alimentar da comunidade, garantindo a produção de alimentos frescos e gratuitos para cerca de 800 famílias locais.

Contextualizar essa história e esse cenário me motiva, na condição de professor de história, a resgatar a memória vivida. Entendendo que essa memória é coletiva, sua reconstrução não seria diferente. Me inspiro nesses processos coletivos, mas também nos primeiros banhos no cais da comunidade. Nos primeiros mergulhos nas águas da Baía de Guanabara. Mas me inspira também, projetar alternativas para as famílias faveladas, que assim como a minha um dia, vivem abaixo da linha da miséria e ainda estão ali, vítimas da violência urbana, da falta de

⁹ IN: <https://pucurgente.com.puc-rio.br/ieahu-lanca-edital-para-apoiar-acoes-com-populacoes-vulneraveis-na-pandemia/>

¹⁰ Sobre o Programa Hortas Cariocas, este será mais abordado no capítulo 5.

política pública, enfrentando a fome e mudando trajetórias sonhando com um futuro novo.

1. Introdução

Vivemos em meio a uma crise sistêmica de representatividades, que refuta a ideia de valores e identidades coletivas. O que nos leva a formular esse trabalho é a ideia de criar possibilidades onde a humanidade possa vir a recuperar a integralidade do seu ser a partir de suas conexões: consigo mesmo, com o outro, com o transcendente, com a sociedade e com o meio ambiente.

Compreendendo a Ciência da Sustentabilidade como ferramenta de facilitação da projeção de uma ecologia integral¹¹, queremos analisar como a Horta Maria Angu, enquanto Solução ecológica Baseada na Natureza (SBN), é capaz de lançar luzes e esperança na superação do Racismo Ambiental e Insegurança Alimentar na favela da Kelson's no Complexo da Maré através dos serviços ecossistêmicos que há de ser por ela produzidos.

Queremos afirmar neste trabalho que os serviços ecossistêmicos produzidos pela Horta Maria Angu, sintetiza a busca de elos entre a teoria e a aplicação prática da Ciência da Sustentabilidade, que surge não só no desejo de superar as barreiras entre ensino, pesquisa e extensão, mas também, na consolidação de uma vivência empírica dos três aspectos fundamentais para o desenvolvimento sustentável: ambiental, social e econômico.

A relação que se constitui entre sociedade e natureza impõe um paradigma que queremos superar. Não existe diferenciação dos problemas sociais e ambientais, vivemos em meio a uma crise socioambiental. Quando falamos de natureza, falamos da relação da sociedade que nela habita. Por isso, não podemos iniciar esse trabalho sem considerar que estamos incluídos na natureza, somos parte dela (FRANCISCO, 2013).

Com isso, salienta-se que a crise socioambiental contemporânea coloca em xeque o atual modelo de desenvolvimento econômico, que de certa forma se prende a uma lógica hierarquizada, piramidal, capitalista e excludente. Sobra para o povo negro, pobre, excluído da vida em sociedade, por não estar na dinâmica do ter e do poder, se unir à nossa terra sofrida que “geme e sofre as dores do parto” (Rm 8,22).

¹¹ Termo cunhado pelo Papa Francisco na Encíclica Laudato Si (Louvado Seja)

Vale destacar que as mudanças climáticas vêm transformando o entendimento sobre a sustentabilidade na grande agenda do século XXI. A perda da biodiversidade, a abrupta degradação dos ecossistemas e o descaso com os mais pobres, principais vítimas das catástrofes ambientais, reflete a fragilidade em que a humanidade se encontra. Esse descuido com o outro não é fruto do acaso. Krenak, acerca dos ‘humanos urbanos’ em *‘Futuro Passado’*, chega a nos falar que tem a “impressão de que sofreram um colapso afetivo em relação às preciosidades que a vida nos proporciona aqui na terra”(KRENAK, 2022, p.22)

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, IPCC¹² da ONU, em 2021, projetou 3.500 páginas de estudos e pesquisas científicas que ecoam até os dias de hoje como alarme do aquecimento global. A projeção científica do aumento de 1,5 °C de aquecimento nas próximas décadas já foi superado e essa é uma realidade. Os efeitos já são perceptíveis quando voltamos nossos olhares para as tragédias climáticas que afetam o Brasil de Norte a Sul¹³.

O IPCC revela as consequências e impactos das mudanças climáticas, tanto as que ocorrem devido a variações naturais, quanto as que, em sua maioria, são causadas por atividades humanas, afetando a vida e a natureza. Revela também que a mortalidade causada por enchentes, secas e tempestades foi 15 vezes maior nas regiões historicamente vulneráveis em comparação às áreas menos vulneráveis, mostrando como o racismo ambiental impacta nas comunidades pretas e pobres do país.

Em 2023 vimos a crise das cheias no Amazonas, enchentes no Rio de Janeiro, inundações no Maranhão, e entre abril e junho de 2024, vimos uma das maiores tragédias climáticas do país que acometeu 441 municípios do Rio Grande do Sul, contabilizando 126 mortos, 141 desaparecidos e 756 feridos. Cerca de 1,9 milhão de pessoas foram afetadas, com 340 mil tendo que deixar suas casas e 71 mil tiveram que ficar alojadas em abrigos.

Outro dado gritante que mobiliza a agenda pública e é dispositivo desta dissertação está diretamente ligado ao aumento do índice de insegurança alimentar

¹² Criado em 1988 pela ONU e com a participação de 800 cientistas do mundo todo, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) representa um relatório aprofundado com as alterações climáticas, já identificadas, induzidas pelo ser humano.

¹³ “O mundo desde o fim” entrevista com o especialista em clima Carlos Nobre. IN: <https://www.youtube.com/watch?v=ohtEjImyYIU>

(REDE PENSSAN, 2021), que é marcado pelo retorno do Brasil ao mapa da fome¹⁴ durante o governo Bolsonaro. Esse quadro de extrema precariedade para manutenção da vida digna de moradores de contextos vulneráveis, em especial a população negra e favelada, acentua a crise sistêmica que denunciemos.

Estar diante da falta de condições financeiras na favela, é perceber como esse impacto influencia diretamente as famílias brasileiras a optarem por garantir a subsistência do seu lar com o consumo de alimentos processados e ultraprocessados, alternativas mais acessíveis financeiramente e em grande parte prejudiciais à saúde, fator esse que vem impulsionado um aumento de doenças precoces nas periferias (FORAPANI, 2019) e compõe o quadro de subnutrição da população.

A luta constante pela segurança alimentar, que se refere ao direito de acesso a alimentos suficientes, nutritivos e culturalmente apropriados, tem sido uma necessidade básica nas favelas cariocas. Sabemos que as opções de acesso à alimentação saudável são limitadas e projetar um símbolo de resistência contra o racismo ambiental, proporcionando à comunidade a oportunidade de produzir seus próprios alimentos e afirmar seu direito ao território é um papel perceptível que a Horta Maria Angu tende a cumprir.

Sabemos que:

Alimentação é uma condição essencial à vida, porém não está garantida a todos. No Brasil, a população negra se encontra em maior exposição à fome, fruto das desigualdades sociais e do racismo estrutural, que segue privando há 488 anos estes grupos do acesso a direitos básicos, como educação, trabalho digno e renda, moradia, terra e alimentação. (PAULA, 2023)¹⁵

Outro fator agravante são as consequências da recém ultrapassada crise sanitária do COVID-19, que contribuiu para a intensificação do cenário do desemprego no país e nos ajudou a evidenciar as fragilidades no que tange os eixos de saúde pública, alimentação digna, habitação, saneamento e tantas outras transversalidades.

¹⁴ Volta do Brasil ao mapa da fome é retrocesso inédito no mundo, diz economista. <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mu>

¹⁵ IN: <https://fase.org.br/pt/artigos/apartheid-alimentar-e-o-privilegio-de-comer-no-brasil/>.

Mediante a tantas complexidades vividas, nos colocamos a pensar quais ferramentas podemos usar para alterar, ou melhor, ressignificar as experiências negativas vividas nos territórios mais passíveis dos impactos ambientais

Neste lugar atemporal de leitura da vida, que busca explorar a memória ambiental dos indivíduos moradores do complexo da Maré, entendendo as motivações que ressignificam a práxis de convivência do favelado com a ausência de política pública, que preferimos fixar o olhar sobre a construção de memória dos moradores da favela Marcílio Dias¹⁶. Essa comunidade faz parte do imaginário, da vida e da história dos moradores do conjunto de favelas da Maré, também faz parte da minha memória e do meu lugar. Trazemos as marcas do abandono histórico no âmbito das garantias de direitos desse nosso povo e das narrativas da história das favelas cariocas.

Entretanto, o que se pretende destacar é que a luta desses moradores pela moradia digna na década de 1970/80, inspira as lutas contemporâneas, mobiliza atores estratégicos para projetar outros futuros, e a construção da Horta Maria Angu perpassa por esse lugar de afeto, resistência e memória.

Não foi em vão dar um nome com tanta potência a um projeto de segurança alimentar e educação ambiental. Segundo Nei Lopes, em *“Nas águas dessa baía há muito tempo (2017)”*, o nome "Maria Angu" resgata a figura de uma mulher emblemática, símbolo de resistência das populações negras que viviam no Brasil escravista e pós-escravista.

Essa inspiração nos leva a refletir sobre como a Horta Maria Angu impacta positivamente na comunidade. Queremos exemplificar, a partir da organicidade da Horta, experiências de impactos socioambientais que nos permitem vislumbrar mudanças significativas na relação da favela da Kelson's com o meio ambiente. Assim como compreender, como o meio ambiente é favorecido com a criação do projeto em voga.

Buscaremos demonstrar como os serviços ecossistêmicos e as soluções baseadas na natureza proporcionam ferramentas de superação do racismo

¹⁶ A Favela Marcílio Dias recebeu o homônimo por homenagem feita ao militar Marcílio Dias. Este foi um praça da Armada Imperial brasileira, que se destacou na Batalha Naval do Riachuelo, durante a Guerra da Tríplice Aliança.

ambiental. O fazer do plantar e colher através do uso da terra e da produção agrícola é ancestral. O uso da natureza e de seus recursos, muitos deles ainda desconhecidos, com possibilidades de cura, história e memória, são alternativas palatáveis que nos faz ‘esperançar’, pois *“É preciso ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera.”* (FREIRE, 1996, p. 74).

Ainda que compreendamos que a humanidade criou, produziu, organizou e banalizou o racismo, compreendemos também que esse estigma no Brasil é um plano político. É através do racismo ambiental que vemos perplexos:

“mais um exemplo da apropriação da vida humana e da natureza, sob a máscara da retórica de um desenvolvimento sustentável inventado, de uma energia limpa que destrói territórios e invisibiliza comunidades.” (BELMONT, 2023, p.17)

Partimos da hipótese que as Hortas urbanas, como a Horta Maria Angu, trazem resultados ambientais e sociais positivos, e que através das SBNs, esses resultados são mais eficazes e duradouros em sua dinâmica, quando pensados de maneira coletiva, participativa, em conjunto com a população local e parceiros externos interessados em favorecer, com seu voluntariado, um desenvolvimento socioambiental do território.

É nessa perspectiva que a metodologia da Pesquisa Ação nos permitirá mensurar os resultados das colheitas na Horta e como esses dados são frutos de uma ferramenta poderosa de segurança alimentar, pois promove o acesso direto a alimentos frescos, nutritivos e livres de agrotóxicos. Ao cultivar frutas, legumes, verduras, hortaliças, temperos e ervas medicinais em pequena escala, a comunidade pode reduzir sua dependência dos alimentos sintéticos e industrializados sem depender das cadeias de abastecimento externas, que frequentemente apresentam preços elevados e qualidade irregular. Além disso, sabemos que hortas urbanas permitem a diversificação alimentar, contribuindo para uma dieta balanceada e prevenindo problemas de saúde relacionados à má nutrição. Esse modelo de produção local fortalece a autonomia alimentar e assegura que mesmo famílias em situações de vulnerabilidade possam ter acesso regular a alimentos de qualidade.

Na primeira parte trataremos da memória ambiental do território onde está situada a Horta Maria Angu. Preservar a memória ambiental desse local é vital para

enfrentar as injustiças socioambientais vividas pela favela. Queremos resgatar a história de resistência e protagonismo dessas comunidades diante de processos de uma pseudo urbanização cheia de marginalizações que foi exitosa para a cidade.

Essas áreas do Complexo da Maré, historicamente enfrentam degradação ambiental e exclusão de políticas públicas sustentáveis, mas também são repletas de saberes locais que promovem soluções ecológicas e comunitárias. Valorizar a memória ambiental nessas localidades é reconhecer suas contribuições para a biodiversidade e a cultura, além de fortalecer identidades e práticas que podem inspirar modelos de justiça ambiental e inclusão social. Ao recuperar e proteger essa memória, cria-se uma base para transformar realidades de opressão em processos de reconstrução sustentável e coletiva.

Já na segunda parte vamos nos debruçar sobre uma análise descritiva do papel político da Horta Maria Angu na favela da Kelson 's, trazendo à tona as parcerias e experiências que foram vividas e consolidadas nos 3 anos de implementação do projeto.

Ela engloba não apenas o entendimento sobre o uso e cuidado com os recursos naturais, mas também as histórias e os significados socioculturais atribuídos a esses espaços. Esse fator é essencialmente biocultural, pois conecta aspectos ecológicos e culturais, evidenciando como as pessoas moldam e são moldadas pelo ambiente.

Com o intuito de mitigar os efeitos do aquecimento global, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu metas, que devem ser cumpridas pelos signatários do Acordo de Paris (países-membros). Os compromissos, chamados de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), compõem uma agenda mundial para a implementação de políticas públicas, que devem ser cumpridas até 2030

Por isso queremos concluir esse trabalho refletindo como que a Horta Maria Angu, projeta em sua práxis a execução dos ODS numa perspectiva de superação do racismo ambiental por via da segurança alimentar. "Já que a natureza está sendo assaltada de uma maneira tão indefensável, vamos, pelo menos, ser capazes de manter nossas subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência". (Krenak, 2020, p.33)

1.1. Objetivo geral

O objetivo deste trabalho é analisar os impactos de uma Horta Comunitária como ação territorial e prática coletiva, visando mitigar os efeitos nocivos da insegurança alimentar, consequência do racismo ambiental, que se manifesta na favela da Kelson's, no Complexo da Maré.

1.2. Objetivos específicos

- Examinar o processo de criação e consolidação da Horta Maria Angu explorando a simbologia por trás da escolha de seu nome e a memória ambiental que permeia o território das favelas da Maré.

- Verificar os efeitos da implementação da Horta Maria Angu do ponto de vista da produção de alimentos, das ações de Educação Ambiental e de efetivação de políticas públicas na comunidade.

- identificar os avanços alcançados e os desafios enfrentados em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco nas barreiras que dificultam a superação do racismo ambiental no contexto local

2. Serviços ecossistêmicos e soluções baseadas na natureza

2.1. Revisão conceitual / Racismo Ambiental / Segurança Alimentar

Os serviços ecossistêmicos referem-se aos benefícios que os ecossistemas naturais proporcionam às sociedades humanas, incluindo provisão de alimentos, regulação climática, purificação da água, ciclagem de nutrientes e suporte à biodiversidade. Sendo assim: “(...) surge o conceito de serviços ambientais ou ecossistêmicos, como sendo o conjunto de serviços [água, alimento, clima, cultura, etc.] que os ecossistemas prestam ao ser humano” (Scarano, 2020, p.71)

Segundo o relatório da Millennium Ecosystem Assessment (MEA, 2005)¹⁷, essas funções são essenciais para o nosso bem-estar, mas frequentemente são negligenciadas ou degradadas por atividades antrópicas¹⁸, especialmente nas regiões mais vulnerabilizadas socioambientalmente.

Tabela 1: Classificação dos serviços ecossistêmicos segundo a Avaliação do Milênio

Categoria	Descrição	Exemplos
Serviços de Provisão	Produtos obtidos diretamente dos ecossistemas	Alimento, Água doce, Combustível, Fibras, Bioquímicos
Serviços de Regulação	Benefícios obtidos da regulação dos processos dos ecossistemas	Regulação do clima, Regulação de enfermidades, Regulação da água, Purificação da água
Serviços Culturais	Benefícios intangíveis obtidos dos ecossistemas	Espirituais e religiosos, Recreativos e ecoturísticos, Estéticos/Inspiradores, Educacionais
Serviços de Apoio	Serviços necessários para a produção de todos os outros serviços dos ecossistemas	Formação do solo, Ciclo de Nutrientes, Produção Primária

Fonte: Millenium Ecosystem Assessment (MEA), 2005.

¹⁷O Millennium Ecosystem Assessment (MEA), lançado em 2005, constitui um marco importante na compreensão da relação entre os ecossistemas e o bem-estar humano. Desenvolvido por mais de 1.300 especialistas de todo o mundo, o relatório sintetiza como as mudanças nos ecossistemas afetam diretamente a qualidade de vida das populações, especialmente as mais vulneráveis.

¹⁸Corresponde a uma ação realizada pelo homem.

Fábio Scarano ressalta o papel central da ciência e da política no enfrentamento das crises globais por meio de ações integradas e sustentáveis. A consolidação de acordos como o de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) marca um ponto de inflexão na diplomacia internacional, unindo esforços para equilibrar conservação ambiental, justiça social e progresso econômico.

Segundo Scarano:

Esse novo olhar da ciência reflete também mudanças na política, com a consolidação da diplomacia global da sustentabilidade em 2015, com o acordo de Paris da Convenção das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, também das Nações Unidas. Conservação e restauração de ecossistemas, redução da pobreza e da fome, acesso à educação, saúde, emprego, e energia limpa; cidades sustentáveis e ação climática são algumas das metas a serem alcançadas em todo planeta até 2030. (Scarano, 2020, p. 72)

Esses instrumentos representam não apenas um compromisso global, mas também um chamado para a ação local, visando alcançar, até 2030, metas ambiciosas que incluem a erradicação da pobreza, o combate às mudanças climáticas e a promoção de cidades mais justas e sustentáveis. Porém, sabemos que:

Prazos curtos demandam soluções criativas, e no caso do ser humano, isso significa mudanças profundas em valores, ética e política. A sustentabilidade já é um valor em voga, do qual emerge uma ética intergeracional e não apenas humana, e que, por sua vez, orienta mudanças na política, hoje firmadas em acordos globais. Tais aspirações globais, precisam chegar ao “chão”, se tornar realidade e, para isso, o ser humano vai precisar encontrar meios de se reintegrar a natureza (Scarano, 2020, p. 73)

Queremos afirmar que o antropoceno nos faz refém de um olhar utilitarista para a natureza e seus ecossistemas. Entendido como a era em que a ação humana se tornou a principal força de transformação do meio ambiente, essa visão utilitarista tende a enxergar a natureza como um recurso a ser gerenciado para atender às demandas econômicas e tecnológicas da sociedade. Mas sabemos que essa perspectiva frequentemente oferece apenas soluções paliativas ou tecnológicas para crises ambientais, em vez de mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento.

Essa abordagem falha em reconhecer que a crise não é apenas ambiental, mas também social e política, ela é socioambiental. O foco no uso eficiente dos recursos, sem questionar a lógica de consumo e produção que gera essas crises, perpetua desigualdades e impactos desproporcionais. Povos indígenas, comunidades tradicionais e populações negras e periféricas são frequentemente os mais afetados pelas mudanças climáticas, apesar de serem os que menos contribuem para elas.

Na realidade das áreas urbanas, vemos um problema maior ainda. Pela capacidade reduzida de manutenção e produção dos serviços ecossistêmicos, as cidades ficam totalmente dependentes das áreas rurais de produção desses serviços. Isso reforça uma lógica de exploração dos recursos naturais com foco no benefício humano imediato, muitas vezes ignorando os limites ecológicos do planeta.

Para Krenak:

A cidade virou a caixa-preta da civilização. O corpo da Terra não aguenta mais cidades, pelo menos não essas que se configuram como uma continuidade das pólis do mundo antigo, com gente protegida por muros, e o resto do lado de fora - que pode, inclusive, tanto ser bichos selvagens quanto indígenas, quilombolas, ribeirinhos, beiradeiros. Além disso, as metrópoles são um sorvedouro de energia (Krenak, 2022.p.52)

Nesse contexto, as soluções baseadas na natureza (SBN) buscam dar uma outra visão sobre a construção de benefícios ambientais, sociais e econômicos, destacando-se em práticas como a implementação de hortas urbanas, reflorestamento e a restauração de ecossistemas degradados. De acordo com a União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), a expressão "soluções baseadas na natureza" (SBN ou NBS, na sigla em inglês) é um conceito abrangente que engloba cinco categorias principais: a restaurativa, que inclui ações como a restauração ecológica; a baseada em questões específicas, como a adaptação baseada em ecossistemas e os serviços de adaptação climática; a infraestrutura, representada pela infraestrutura verde; o manejo, que abrange iniciativas de manejo integrado de zonas costeiras; e a proteção, realizada por meio da criação e manutenção de áreas protegidas. (IUCN,2020)¹⁹

¹⁹ IUCN - International Union For Conservation Of Nature (2020), **Global standard for Nature-based Solutions. A user-friendly framework for the verification, design and scaling up o Nbs.**

A IUCN aponta uma ‘estrutura guarda chuva’ para agregar diversos tipos de soluções escalonadas de acordo com as realidades e paisagens em que se busque resolver problemas socioambientais. Além disso, as SBN são possibilidades que integram política pública e ações viáveis, economicamente possíveis e sustentáveis.

Para enfrentar os desafios globais relacionados ao meio ambiente, à economia e à sociedade é preciso fundamentar a ideia de que os processos naturais podem oferecer alternativas eficazes e sustentáveis, essas iniciativas promovem a sinergia entre preservação ambiental, desenvolvimento econômico e bem-estar social. Nesse sentido, as SBN trazem processos cada vez mais diversificados e naturais às cidades. Por isso:

As soluções inspiradas e apoiadas pela natureza, com boa relação custo benefício, que fornecem simultaneamente benefícios ambientais, sociais e econômicos ajudam a aumentar a resiliência. Tais soluções trazem processos cada vez mais diversificados e naturais às cidades, às paisagens terrestres e marinhas, por meio de intervenções localmente adaptadas, com eficiências de recursos e sistêmicas (Comissão Europeia apud Bueno, 2023, p. 47).

Acreditamos que as SBN são uma ferramenta importante para a proposição e desenvolvimento de um urbanismo mais resiliente e adaptável. São tecnologias socioambientais que visam a superação da injustiça ambiental. Com isso, “É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais” (Francisco, 2015, Pg. 139).

Por isso, pautamos uma nova perspectiva, uma ciência integradora na construção de ações que prezam pela qualidade de vida vivida por todos. É a biodiversidade, na qual estamos intrinsecamente relacionados, a guardiã dos serviços ecossistêmicos. Surgem assim estratégias inovadoras que promovem a sustentabilidade ao integrar processos naturais no enfrentamento de desafios urbanos, como a insegurança alimentar e a desigualdade ambiental.

2.2. Racismo ambiental

O racismo ambiental é caracterizado pela discriminação racial e socioeconômica que expõe comunidades negras, indígenas e periféricas a práticas degradantes, como contaminação das matas e florestas, marés e rios, solos e territórios, estruturado na exclusão de direitos ambientais básicos.

A criação desse conceito foi desenvolvida pelo reverendo norte-americano Benjamin Franklin²⁰ que denunciava a transferência de resíduos tóxicos para as proximidades da comunidade negra da Carolina do Norte (EUA), lutando assim, pela garantia de direitos civis para essa comunidade. Ou seja, o Racismo Ambiental é uma discriminação racial na elaboração de políticas públicas ambientais das cidades.

Segundo Robert Bulard

Racismo ambiental é uma discriminação racial na elaboração de políticas públicas ambientais. É uma discriminação racial no cumprimento de regulações e leis. É uma discriminação racial no direcionamento deliberado de comunidades de cor para descarte de resíduos tóxicos e a localização de indústrias poluentes. É uma discriminação racial na sanção oficial da presença ameaçadora de venenos e poluentes em comunidades de cor. É uma discriminação racial quanto ao histórico de exclusão de pessoas de cor de grupos ambientais dominantes, ordens decisórias, comissões e corpos regulatórios (1990, apud Belmont, 2023, p. 17)

O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) apresenta um alerta contundente sobre a realidade que vivemos atualmente, revelando, de forma clara, o racismo ambiental presente nos territórios. As pessoas mais impactadas pela crise climática são justamente aquelas que menos contribuem para o aquecimento global: nas regiões mais pobres e marginalizadas, o número de mortes causadas por secas, enchentes e tempestades foi 15 vezes maior na última década em comparação às regiões com maior infraestrutura. Essa realidade reflete uma experiência historicamente violada, de um povo escravizado por 400 anos, em uma sociedade estruturada para manter essas populações oprimidas e subjugadas. (BELMONT, 2023).

²⁰ Para saber mais, acessar em: CHAVIS JR., B. F. *Toxic Wastes and Race in the United States*. United Church of Christ Commission for Racial Justice, 1987.

No Brasil, essa realidade se manifesta na exclusão das favelas de políticas de sustentabilidade e no direcionamento de projetos industriais poluentes para áreas habitadas por populações historicamente marginalizadas (ACSELRAD, 2010). Isso evidencia a urgência de iniciativas que promovam justiça ambiental e assegurem direitos fundamentais.

A organização social brasileira está profundamente enraizada no racismo, com uma elite branca que consolida sua posição de supremacia em termos sociais e financeiros. Enquanto isso, 56% da população brasileira (IBGE), formada majoritariamente por negros e indígenas, é responsável pela construção da riqueza do país, mas segue marginalizada e violentada. Cada ato de resistência dos povos originários, desde a invasão colonial, e cada gota de sangue africano derramada durante o período escravista sustentam uma democracia ilusória, onde o povo negro e indígena permanece sendo alvo constante de violência e exclusão.

Nesse sentido, é pertinente trazer essa discussão para essa reflexão no intuito de resgatar o histórico do racismo no Brasil. O fato de o país ter sido construído através da mão de obra escravizada é uma das marcas coloniais que persiste em ser uma trágica herança desse processo histórico (BASTOS, 2021)²¹. É diante dessa perspectiva que queremos dialogar com Silvio Almeida quando ele afirma que:

A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele integra a organização econômica e política da sociedade. [...] O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdades e violência que moldam a vida social contemporânea. (Almeida, 2019, p. 15)

Se o racismo é um elemento estruturante da modernidade e se consolida por meio do processo colonial, o que está em vistas não é apenas o subjugamento dos povos e territórios, mas sim um regime de controle sobre os corpos, sobre os saberes e sobre a própria vida. Achille Mbembe (2017) destaca que a modernidade foi edificada sobre a violência colonial, sendo impossível separá-la da lógica de dominação e exploração. Nesse contexto, a construção do conhecimento não escapa dessa estrutura, pois foi forjada dentro de um sistema que hierarquiza e exclui. Para

²¹A Professora Valéria Bastos faz apontamentos sobre as zonas de sacrifícios ambientais que inter cruzam com essa dinâmica dos processos contemporâneos alólogos a escravidão. confira mais em: <https://periodicos.uff.br/mundolivres/article/view/48665>

Mbembe (2018), a modernidade impôs um regime de diferenciação racial que não apenas organizou a economia e a política, mas também estruturou o campo do saber, desqualificando epistemologias não europeias e reforçando um pensamento hegemônico.

Na América Latina, essa realidade se manifesta desde a conquista, na submissão dos povos originários e na instituição de uma colonialidade que persiste até os dias atuais. Mbembe (2017) argumenta que o colonialismo não foi apenas um fenômeno histórico, mas uma tecnologia de governo que se perpetua na administração da vida e da morte. O racismo, nesse sentido, não é um resquício do passado, mas um dispositivo de controle que define quem pode viver e quem deve ser descartado. Segundo Mbembe:

A colonização não foi apenas um evento histórico. Ela se tornou uma forma de governo cuja característica essencial era a produção sistemática de mundos de morte – formas de existência condenadas à precariedade e à extinção. (Mbembe, 2017, p. 92).

Essa estrutura se consolida através do que Mbembe chama de necropolítica, ou seja, um regime no qual certos grupos são deliberadamente expostos à morte ou à precarização extrema da vida.

Ao longo da história, populações negras, indígenas e periféricas foram submetidas a massacres, escravização e marginalização extrema, em um processo que se desdobra até hoje nas políticas de extermínio, encarceramento em massa e negação de direitos básicos. A modernidade se funda, portanto, na exploração colonial e na sustentação de um sistema que naturaliza a desigualdade e legitima a violência contra determinados corpos.

A necropolítica se manifesta em regimes de violência extrema, nos quais populações racializadas e periféricas são sistematicamente expostas à morte e à precariedade. Esse paradigma é particularmente relevante para pensar a injustiça ambiental, pois as populações historicamente marginalizadas são aquelas que mais sofrem com a degradação ecológica e as mudanças climáticas.

A destruição ambiental não é um efeito colateral do capitalismo, mas sim parte de um regime necropolítico que administra a escassez e a devastação como forma de controle social. A injustiça ambiental, nesse sentido, opera como um dos principais dispositivos necropolíticos, pois os territórios habitados por negros,

indígenas e populações periféricas são transformados em zonas de sacrifício (ACSERALD, 2004)²².

Mariana Belmont (ORG) aponta que:

É preciso ampliar cada vez mais a percepção das pessoas sobre o fato de que os prejuízos climáticos sofridos pelas pessoas periféricas acontecem também por conta dos desmatamentos e devastações provocadas pelo capitalismo. Além disso, pensar em novos modelos de ocupação urbana - ocupando lugares abandonados, e com a criação de hortas coletivas - são movimentos que fazem a diferença positivamente na vida das comunidades (Belmont, 2023, p.73)

No Brasil, essas iniciativas de mitigação dos efeitos climáticos, como a Horta Maria Angu por exemplo, têm um papel estratégico para combater o racismo ambiental, uma vez que muitas comunidades negras e periféricas são historicamente excluídas de políticas públicas e submetidas a condições de vulnerabilidade ambiental (Bullard, 1990).

2.2. Insegurança alimentar

A segurança alimentar é definida pela FAO (1996)²³ como o acesso físico, econômico e social a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para atender às necessidades humanas, está intrinsecamente ligada às dinâmicas de sustentabilidade. Por isso, a maneira pela qual a sociedade produz e consome os alimentos têm profundo impacto na saúde das populações e nas relações socioambientais.

No entanto, no Brasil, esse direito ainda não é garantido a amplas parcelas da população, especialmente a grupos historicamente marginalizados, como comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas e periféricas. Esses grupos enfrentam barreiras estruturais que dificultam sua autonomia alimentar e os expõem a um modelo de produção dominado pelo agronegócio, cujas práticas ampliam as desigualdades do acesso à alimentação segura e saudável.

²² ACSERALD, Henri. De “bota foras” e “zonas de sacrifício”: um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. (org.). Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 7-18.

²³ Acessar em: <https://www.fao.org/4/w1358e/w1358e00.htm>

Entre 2004 e 2013, o Brasil avançou significativamente no combate à insegurança alimentar, reduzindo sua prevalência de 34,9% para 22,6% das famílias, o que levou o país a sair do mapa da fome em 2014. No entanto, essa trajetória foi revertida nos anos seguintes, e, em 2022, alarmantes 58,7% da população enfrentavam algum grau de insegurança alimentar, o que corresponde a 125,2 milhões de pessoas (Rede Penssan, 2022). De forma paradoxal, 38% das famílias de agricultores e produtores rurais, responsáveis pela produção de alimentos, também viviam essa realidade.

Populações historicamente vulnerabilizadas, como quilombolas, ribeirinhos e indígenas, têm seus territórios sistematicamente contaminados por atividades econômicas predatórias, como a mineração e o uso intensivo de agrotóxicos. Essas práticas comprometem a produção agrícola, o acesso à água potável e, conseqüentemente, a segurança alimentar dessas comunidades. O modelo liberal-produtivista agroexportador, consolidado no Sistema Alimentar Agroindustrial Brasileiro (SAAB), influencia diretamente a agenda do Estado, reconfigurando o ordenamento jurídico, o orçamento público, o sistema político e a soberania alimentar. Esse processo fortalece o poder das corporações do setor alimentar, ampliando assimetrias e aprofundando desigualdades estruturais, especialmente em detrimento daqueles que já sofrem com a injustiça alimentar.

A soberania alimentar, conceito formulado pela Via Campesina²⁴, propõe uma perspectiva que vai além da segurança alimentar, enfatizando o direito dos povos de definirem seus próprios sistemas alimentares. Isso inclui o controle sobre a terra, as sementes e os meios de produção, em oposição à lógica do modelo agroindustrial hegemônico. No Brasil, esse modelo é estruturado de forma a privilegiar a exportação de commodities e o uso intensivo de agrotóxicos, enquanto comunidades tradicionais enfrentam desapropriações, contaminação ambiental e falta de políticas públicas voltadas à produção sustentável de alimentos (GRISA; SCHNEIDER, 2015)²⁵.

²⁴ Movimento social do campo ligado a organizações de luta pelo direito à terra. Saiba mais em: VIA CAMPESINA. *Declaração de Nyéléni sobre Soberania Alimentar*. Mali, 2007.

²⁵ O artigo “Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil”, de Grisa e Schneider, oferece uma leitura crítica e histórica das transformações nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil. A partir da

Com isso, podemos afirmar que a ausência de acessos a uma alimentação segura não pode ser reduzida a uma mera "crise alimentar". “O que se observa é a intensificação de uma condição histórica e estrutural de injustiça alimentar, perpetuada pelas elites do país” (RIBAS, 2022. P.37).

Todos esses elementos são frutos do pensamento humano, mas devem servir a todas as formas de vida na Terra. A solução passa por direcionar os investimentos econômicos necessários para a adaptação e mitigação dos impactos ambientais, especialmente aqueles que afetam de maneira mais severa os grupos socialmente vulneráveis.

Com isso,

As reflexões apresentadas nos ajudam a entender a crise climática como mais um eixo de opressão que, quando analisado à luz da interseccionalidade, revela que os impactos das mudanças do clima são ainda mais acentuados para mulheres negras, indígenas e quilombolas, de comunidades rurais, pesqueiras e marisqueiras, periféricas e moradoras de favelas (Observatório do Clima, p.20)

São as iniciativas populares, como a Horta Comunitária Maria Angu, que oferecem exemplos de integração prática entre serviços ecossistêmicos e SBN no combate às injustiças socioambientais. Além de proporcionar alimentos, essas hortas promovem a ciclagem de nutrientes, reduzem resíduos orgânicos e contribuem para a regulação climática em ambientes urbanos (TEEB, 2010). Por meio dessas ações, é possível criar microclimas favoráveis, aumentar a biodiversidade e promover o empoderamento das comunidades locais, ressignificando o território e promovendo justiça social e ambiental.

categorização em três gerações, os autores demonstram como o campo das políticas foi sendo moldado por diferentes formas de interação entre o Estado e os movimentos sociais do campo, destacando o papel dos agricultores e suas organizações na disputa por reconhecimento e acesso a direitos.

3. Metodologia

O projeto de fundação da Horta Comunitária Maria Angu e o conceito de pesquisa-ação estão profundamente interligados. Entendemos que o processo descrito nesta pesquisa parte do princípio de que a produção de conhecimento deve estar atrelada à transformação social. Por isso, acreditamos que o conceito de pesquisa-ação propõe que a pesquisa não seja uma prática isolada do pesquisador, mas sim um processo coletivo, onde os sujeitos envolvidos constroem ativamente o conhecimento e a própria realidade.

É diante deste apelo que, como ferramenta metodológica para descrever esse processo, optamos em dialogar com a proposta de pesquisa-ação, utilizada por Timo Bartholl na obra “Por uma Geografia em movimento: a ciência como ferramenta de luta”. Queremos compreender:

Até que ponto e de que maneira favelas, em sua condição de territórios periféricos urbanos, são territórios de resistência constituídos por práticas resistentes, de forma implícita e explícita, que podem contribuir para a construção de uma outra sociedade – de todos e todas, horizontal, descentralizada, autogerida, solidária e justa (BARTHOLL, 2018, p. 14)

Para Timo Bartholl o tema da pesquisa orienta o processo metodológico, ou seja, o lugar da construção de narrativa do tema, é a experiência vivida! Ela que motiva a reflexão e impulsiona a construção de melhorias das condições de vida encontradas no cotidiano. O tema de escolha dessa pesquisa é decorrente e fruto de um compromisso deste pesquisador. Por isso:

O princípio básico (ou condição) que torna possível (e interessante ou até necessária) esta forma de pesquisa é a participação (ativa) na ação (da luta), investigando-a (a partir de questões que dela surgem). (...) Se a proximidade entre sujeito investigador e movimento coinvestigador no processo de uma investigação militante por si só pode ser a justificativa por este caminho metodológico de pesquisa, um forte argumento a favor desse tipo de investigação é que somente um olhar próximo, de dentro, e uma identificação com movimentos e sujeitos em questão podem levar a reflexões que facilitam de fato a compreensão e podem fortalecer as práticas de resistência (...) (Bartholl, 2018, p. 77)

Este caminho metodológico permite olharmos para a Horta Maria Angu como um exemplo vivo de pesquisa-ação, pois alia ação, reflexão e transformação,

gerando impactos concretos na comunidade. O conhecimento produzido ali não é apenas acadêmico, mas prático, emancipatório e voltado para a luta por direitos e justiça socioambiental.

A criação e fundação da Horta não foi fruto apenas de uma investigação acadêmica, mas de uma necessidade real da comunidade diante da insegurança alimentar e dos impactos ambientais na Favela da Kelson's / Marcílio Dias no pós COVID19. Esse processo de construção coletiva foi fortalecido pelo apoio institucional e financeiro da PUC-Rio, que, por meio do Instituto de Estudos Avançados em Humanidades (IEAHu), contemplou a horta em seu edital de financiamento.

Com o intuito de fomentar projetos e ações interdisciplinares no campo das Ciências Humanas, o IEAHu lançou, em junho de 2021, um edital de apoio à extensão universitária. A iniciativa visava viabilizar propostas acadêmicas, artísticas, educacionais, sociopolíticas e científicas que gerassem impactos concretos em territórios periféricos. Nesse contexto, a universidade se comprometeu a contribuir com iniciativas voltadas para áreas e populações vulneráveis, especialmente diante dos desafios impostos pela pandemia.

O aporte de recursos da PUC-Rio viabilizou não apenas a infraestrutura inicial, como a compra de insumos, ferramentas e mudas, mas também permitiu a realização de oficinas de formação e mobilização comunitária, fortalecendo a participação ativa dos moradores no projeto. Esse apoio institucional demonstra que, quando há articulação entre academia e território, é possível transformar conhecimento em ação concreta, promovendo segurança alimentar, justiça ambiental e fortalecimento da memória territorial.

A disputa e escrita do Edital do IEAHu foi construída por muitas mãos. No contexto da COVID19, um grupo de estudantes da PUC-Rio, através do Coletivo Socioambiental da PUC-Rio ECOLETIVO, viabilizou reuniões de interessados afins na universidade para projetar iniciativas de superação dos impactos da pandemia. Nesse sentido, foi proposto para esse processo o projeto de extensão Horta Maria Angu.

A iniciativa foi enviada pelo SUSTCOM, Programa de Extensão Universitária e Ação Comunitária, vinculada ao Departamento de Teologia e

assinado pelo Professor Doutor Pe Waldecir Gonzaga, e compilada pela iniciativa ‘Articula Social’, da Rede Universitária NORTE de Inovação Social da PUC-Rio, braço de pesquisa e extensão da Escola de Negócios (IAG) e componente do núcleo de pesquisa e extensão NORTE (Núcleo de Organizações, Relações de Trabalho e Empregabilidade). A articulação contou ainda com a colaboração ativa do Coletivo João de Barro da favela Marcílio Dias. A Horta surgiu então com o intuito de mitigar os efeitos da crise da Covid-19 no território da favela Marcílio Dias e consolidar uma alternativa possível de autonomia dos moradores frente ao cenário de injustiça climática e racismo ambiental

A realidade imposta nos leva a refletir sobre o papel da pesquisa científica e a relação dialógica com a comunidade em questão. Paulo Freire propõe uma relação onde o saber é construído de forma coletiva e emancipatória. Freire enfatiza que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 68). Essa perspectiva materializa a práxis cotidiana da Horta Maria Angu, pois a construção desse projeto ocorreu de maneira horizontal, onde estudantes da PUC-Rio e moradores da favela da Kelson’s trocaram e ainda trocam experiências e saberes a partir da prática cotidiana da agroecologia urbana.

A relação entre universidade e comunidade se fortaleceu através de uma interação baseada no diálogo e na produção coletiva de conhecimentos. A PUC-Rio, ao prestigiar a horta com o edital de financiamento, reafirma seu compromisso com a pesquisa socioambientalmente engajada, possibilitando que o conhecimento acadêmico se conecte diretamente com as demandas populares. Assim, o apoio institucional não apenas viabilizou materialmente a iniciativa, mas também legitimou a pesquisa-ação como metodologia eficaz para transformar a realidade local.

Entretanto, essa relação de troca de saberes entre academia e periferia não é o suficiente para a emancipação do povo em meio as suas crises sistêmicas e socioambientais. As periferias precisam ser também reconhecidas como territórios de resistência, onde se constroem formas alternativas de existência, organização e luta social. Não é apenas o que a favela pensa e produz de conhecimento, é também sua forma de projetar futuros alternativos. Assim, a pesquisa acadêmica, tem que ir além da simples análise dos problemas enfrentados pelas periferias e reconhecer

que os saberes locais, as estratégias de sobrevivência e as redes de solidariedade que emergem nesses espaços, alinhando-se a metodologias como a pesquisa-ação e a pesquisa militante, envolvem o pesquisador em um compromisso ativo com as comunidades estudadas.

A minha chave de entendimento está no perceber da resiliência favelada, que mesmo sendo desproporcionalmente impactadas pelas crises socioambientais, protagonizam soluções inovadoras e sustentáveis. Por isso: “Abordar, na vida tanto quanto no âmbito da pesquisa, as periferias urbanas como “territórios de resistência” é ao mesmo tempo análise científica, proposta de luta e projeção de outros futuros possíveis. ” (Barthol,2018, p. 14)

Este caminho metodológico nos mostra como a Horta Maria Angu, a partir das inspirações deste autor, se consolida no território da Favela da Kelson's como um movimento socioambiental. Entendendo como os movimentos periféricos produzem um sujeito diferente do moderno, vemos um sujeito coletivo, cuja prática é o revés de uma lógica individualista que impacta no território em questão. No prefácio da obra “Quando novos personagens entraram em cena” de Eder Sader, Marilena Chauí descreve:

O que são as pequenas migalhas das pequenas vitórias das pequenas lutas? São a experiência que os excluídos adquirem de sua presença no campo social e político, de interesses e vontades, de direitos e práticas que vão formando uma história, pois seu conjunto lhes dá a dignidade de um acontecimento histórico (Sader, 1988, p.12).

Para compreender a natureza e os desdobramentos de uma investigação militante, é essencial analisar como a articulação entre movimentos sociais, território e produção do conhecimento acadêmico/científico possibilita, incentiva e compartilha de práticas de resistência e transformação social. Brandão (1986) destaca que a pesquisa participante não se limita à produção acadêmica, mas se configura como uma prática política, na qual a construção do conhecimento ocorre de forma dialógica e coletiva.

Da mesma forma, Bartholl propõe a ideia de Geografia em Movimento, em que a relação entre teoria e prática se estabelece a partir do envolvimento direto dos pesquisadores com os sujeitos do território, gerando um conhecimento situado e engajado.

Assim Bartholl afirma:

Tentando estruturar esta relação possível entre vivência, militância e ciência, podemos iniciar, em termos gerais e genéricos, considerando que “prática”, “teoria” e “ideologia” são o fundamento de nosso atuar enquanto sujeitos a nível comunitário, político e científico, fundamentando três dimensões relevantes para as nossas práxis de resistência: a “dimensão social”, a “dimensão política” e a “dimensão epistêmica”, que se apresentam como inter-relacionadas de forma retroalimentar (Bartholl,2018, p. 64)

Assim, no contexto da Horta Comunitária Maria Angu, a interseção entre prática, teoria e ideologia fundamenta o agir político e científico, estruturando essas dimensões essenciais para as práxis que é desenvolvida pelo projeto. Por isso, envolver essa metodologia emancipatória como a pesquisa-ação, demonstra que a pesquisa militante não se faz apenas sobre os sujeitos, mas com e para eles, contribuindo para a emancipação coletiva da favela e a construção de futuros alternativos para esse povo.

4. Complexo da Maré: a história de muitos territórios

O Complexo da Maré, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, representa um dos maiores conjuntos de favelas da cidade, compreendendo 17 comunidades e abrigando mais de 140 mil habitantes (IBGE, 2022).



Figura 1: Mapa das 17 comunidades do Complexo da Maré descrevendo sua distribuição territorial

Sua formação histórica está diretamente relacionada às dinâmicas de ocupação urbana da cidade, marcadas pela remoção da população negra e pobre dos territórios de maior vulnerabilidade, da migração nordestina para o Rio de Janeiro

e por uma comunidade pesqueira que até os dias de hoje sobrevivem e resistem aos impactos da degradação da Baía de Guanabara.

É também nesse território que vemos as marcas da barbárie humana com a prática sistemática da segurança pública gerenciada pela prática da necropolítica. Achille Mbembe (2018, p. 6) retoma a definição de biopoder de Michel Foucault como o “[...] domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu o controle”. No entanto, ele atualiza esse conceito, uma vez que a necropolítica não se limita ao controle sobre a vida, mas abrange também um conjunto de medidas que promovem a morte, determinando, inclusive, quem deve morrer.

Nas favelas da Maré, vemos a necropolítica na prática quando as forças de segurança não cumprem, por exemplo, a ADPD das Favelas²⁶. Segundo o boletim DIREITO A SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ os impactos das operações policiais nas favelas da Maré revelam que

Entre 2016 e 2023, foram 146 dias com aulas suspensas e escolas fechadas em decorrência de operações policiais, o que equivaleria a 73% de um ano letivo perdido, em 6 anos, para alunos que residem na Maré. Só nos cinco primeiros meses de 2024, houve 15 operações policiais, com 14 dias de escolas fechadas” (Boletins Segurança Pública na Maré 2016-2023)

No quesito saneamento básico as violações de direito continuam. Apesar da ampla cobertura da rede de abastecimento de água na maioria das residências, não há garantia plena quanto à qualidade sanitária da água para consumo humano, conforme apontado pelo relatório do Cocôzap²⁷, projeto do Data Labe. Esse contexto coloca a situação da Maré em desacordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Outro ponto a ser mencionado sobre esse território está ligado aos efeitos danosos à saúde causados pelas ilhas de calor. Pelo fato de a Maré estar localizada entre as principais vias expressas da cidade (Avenida Brasil, Linha Amarela e Linha Vermelha) e por suas estruturas residenciais serem reflexo da ocupação urbana com

²⁶ Uma ação judicial cujo mérito será julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ela pede para que sejam estabelecidos parâmetros para ações policiais nas favelas do Rio de Janeiro e, se for considerada procedente, será uma conquista histórica.

²⁷ O Cocozap é uma iniciativa desenvolvida pelo laboratório de dados Data_Labe, localizado na favela da Maré (RJ), que mapeia os pontos de esgoto a céu aberto na comunidade a partir de denúncias enviadas por moradores via WhatsApp.

grande densidade populacional, a Maré é rodeada de cimento e esvaziada de áreas verdes.

A urbanização excessiva resulta na alta concentração de calor, proporcionando nesse território uma baixa qualidade do ar, um maior consumo de energia e impactos diretamente na saúde da população. Mal estar generalizado, insolação, problemas respiratórios, desidratação, cansaço e morte por choques de calor, são exemplos de como esse efeito climático pode afetar a vida das pessoas.²⁸

Quando voltamos à nossa história, e falamos de direito à moradia, sabemos em quem a sombra da remoção gera até hoje medo e pesadelo pelo passado vivido. O Complexo da Maré e suas 16 favelas entendem e ainda sentem essas dores. São elas: Marcílio Dias (Kelson's), Piscinão de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiros, Vila dos Pinheiros, Salsa e Merengue, Vila do João e Conjunto Esperança.

Muito desse medo, sofrido por muitas dessas favelas acima citadas, foi promovido por Carlos Lacerda, eleito primeiro governador do estado da Guanabara. Quando lançou o Programa de Remoção das Favelas, que tinha por essência remover as favelas e os favelados para conjuntos habitacionais, Lacerda tinha por justificativa atender às demandas da população, porém, sabemos que erradicar as favelas alavancaria o crescimento econômico através da especulação imobiliária (Diniz, Belfort, Ribeiro, 2012, p.75).

Desde suas primeiras ocupações, no início do século XX, o Complexo da Maré consolidou-se como um território de resistência, onde seus moradores desenvolveram formas de organização social para enfrentar a precariedade de infraestrutura, a ausência de serviços públicos e a violência urbana (Perlman, 2010). Ao longo das décadas, a luta por direitos, incluindo saneamento, educação e acesso à saúde, tornou-se central para a identidade coletiva da Maré.

²⁸ 3 A cartilha *Ilhas de Calor: efeitos e soluções a partir das favelas* é uma publicação do Projeto Ecoclima, desenvolvido pela ONG Redes da Maré. A iniciativa tem como objetivo informar e sensibilizar moradores sobre os impactos das mudanças climáticas em territórios populares, abordando os efeitos das ilhas de calor urbanas e propondo soluções construídas a partir do cotidiano das favelas

Falar do processo de urbanização da Maré em um contexto de desordem territorial e ocupação irregular, necessita olhar para a violação do direito à habitação, negado pelo poder público, restando ao favelado a possibilidade de autoconstrução e desenvolvimento comunitário, onde as práticas coletivas possibilitaram a criação de um sistema de ocupação territorial baseada na construção de redes de afeto, solidariedade e de mobilização social (Valladares, 2005).

A transformação social na Maré se evidencia nas iniciativas locais que desafiam a dinâmica da exclusão social, seja por meio da educação popular, seja através de projetos de economia solidária e resistência cultural. A organização comunitária na Maré tem sido fundamental para garantir direitos básicos e fortalecer a identidade local, promovendo estratégias de enfrentamento à desigualdade. Exemplos como a ONG Redes da Maré²⁹ demonstram como a atuação coletiva pode impactar positivamente a vida dos moradores, ampliando o acesso ao conhecimento, à cultura e à mobilização política.

Dessa forma, o Complexo da Maré é um exemplo emblemático da luta por direitos urbanos no Brasil. Suas favelas são espaços de contradição e utopias, onde a marginalização da vida convive com potentes formas de resistência e inovação social. Uma dessas estratégias, é mergulhar na história desse lugar, para apontar caminhos de luz em meio a constante resiliência da favela.

4.1. Memória Ambiental do Balneário da Leopoldina

O território da Maré carrega as marcas de suas transformações: dos manguezais e praias soterradas até os sucessivos processos de urbanização precária, a ausência de políticas públicas influenciam nas relações de poder, exclusões e resistências vividas pelos seus moradores. O apagamento da história das praias da Leopoldina não reflete apenas na mudança paisagística do local, mas configura um episódio de injustiça ambiental e urbana que redefiniu a relação dos moradores com a cidade.

²⁹ Redes da Maré é uma organização da sociedade civil que atua no conjunto de 16 favelas do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. Desde 2007, a ONG desenvolve projetos voltados para educação, segurança pública, cultura, saúde, comunicação e desenvolvimento territorial, com o objetivo de garantir direitos e melhorar as condições de vida dos moradores da Maré

Ao mobilizar Milton Santos para pensar a memória ambiental do Complexo da Maré, queremos compreender melhor essas transformações territoriais de relevância para essa proposta de pesquisa. Na obra *“A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção”*, Santos propõe uma compreensão do espaço como um conjunto dinâmico e dialético, resultante da interação entre diferentes tempos históricos e processos socioeconômicos. Ele nos ensina que *“o espaço é uma acumulação desigual de tempos”* (SANTOS, 2009, p. 102), ou seja, os territórios são formados por múltiplas camadas temporais que coexistem e interagem, refletindo processos de exclusão, transformação e resistência.

Essa concepção nos leva a entender que qualquer análise sobre um determinado território ou fenômeno espacial exige uma reflexão aprofundada sobre os diferentes processos históricos, sociais e econômicos que se sobrepõem e coexistem em um mesmo local. Dessa forma, ao investigarmos a memória ambiental do Complexo da Maré, é essencial reconhecer essas camadas de transformação que contribuíram para a configuração atual desse espaço favelado.

Com isso, queremos compreender como a ocupação desse território e suas transformações ao longo do tempo não podem ser analisadas isoladamente, mas sim como parte de um processo histórico contínuo, pois *“o espaço é um híbrido de tempos, pois nele coexistem o passado, o presente e as possibilidades de futuro”*. (Santos, 2009, p. 94)

A região do Balneário da Leopoldina, localizada às margens da Baía de Guanabara, abrigava um ecossistema rico e diverso antes das grandes transformações urbanas do século XX. As praias de Maria Angu, Apicu, Inhaúma, Moreninha e Ramos compunham um ambiente costeiro onde manguezais e restingas desempenhavam um papel fundamental na regulação dos ciclos naturais, garantindo a biodiversidade marinha e terrestre. Esses ecossistemas forneciam abrigo e alimento para diversas espécies de peixes, crustáceos e aves, além de servirem como áreas de pesca e lazer para os moradores locais. No entanto, com a intensificação dos processos de urbanização, essas áreas foram progressivamente degradadas e, em grande parte, aterradas para a construção de empreendimentos industriais, de mobilidade e portuários.

O movimento de expansão da malha ferroviária também desempenhou um papel fundamental na reorganização da cidade do Rio de Janeiro. A Estrada de Ferro Leopoldina, inaugurada no século XIX, ampliada ao longo das décadas seguintes, incorporando inclusive a Ferrovia Rio D'ouro, consolidou a conexão entre o centro do Rio e os subúrbios industriais. O transporte ferroviário expandido viabilizou o acesso a água, o deslocamento da produção agrícola diária e de milhares de trabalhadores, reforçando o crescimento das áreas periféricas e a valorização das terras próximas às estações de trem. Entretanto, ocorreu a desativação de importantes infraestruturas ferroviárias na região da Leopoldina, incluindo a Estação Rio d'Ouro, que era localizada no Porto de Maria Angu.



Figura 2: Localização da estação Maria Angu da EPT Rio D'Ouro

A construção da Avenida Brasil também representou um avanço significativo para o desenvolvimento urbano e econômico do Rio de Janeiro, estabelecendo um importante eixo viário que facilitou a conexão entre o centro da cidade e a zona industrial. Inaugurada em 1946, a via foi essencial para a mobilidade da população trabalhadora e para o crescimento das indústrias localizadas na região da Leopoldina. A expansão da infraestrutura urbana trouxe modernização e impulsionou a ocupação de bairros como Ramos, Olaria, Bonsucesso e Penha,

promovendo oportunidades econômicas e consolidando a dinâmica metropolitana do Rio de Janeiro.

No entanto, essa modernização veio acompanhada de impactos socioambientais irreversíveis. A construção da Avenida Brasil esteve diretamente associada ao aterramento de diversas praias da Baía de Guanabara, provocando a degradação de ecossistemas costeiros e alterando a paisagem da região. As praias que foram progressivamente soterradas deram lugar ao avanço urbano, eliminando importantes espaços ecologicamente saudáveis e biodiversos. Esse processo de supressão ambiental não apenas destruiu esses ecossistemas naturais, mas também apagou parte da memória histórica e cultural dos antigos moradores, que tinham nessas áreas um vínculo profundo com a identidade local.

Embora a Avenida Brasil tenha sido um marco na modernização da cidade, sua construção também simboliza um capítulo de injustiça ambiental, no qual o crescimento urbano ocorreu às custas da destruição do nosso ecossistema. A eliminação das praias da Leopoldina para construção da Avenida Brasil não foi apenas um dano ecológico, mas um ato de apagamento da memória biocultural do complexo da Maré.

4.2. Porto de Maria Angu

*Vou mergulhar e viajar
O tempo voa, me guia
A praia de Maria Angu
Hoje é um mar de alegria
Riquezas do meu litoral
E a sintonia do mar na areia
Um porto se instalou na região
Navio vai a maré cheia
Enfim veio a modernidade e assim fluiu
Até a variante se tornou Brasil
As dunas encantavam e davam o tom do meu lugar
É ela que entre becos e vielas surgiu favela, ô, favela
Venha provar do tempero com as delicias do mar
Tem roda de partideiros e samba a luz do luar
Clareia, clareia, clareia, deixa clarear
Clareia, ô, clareia, clareia, deixa clarear*

G.R.E.S. Boca de Siri - Samba Enredo 2015
“Da Praia de Maria Angu ao Piscinão de Ramos”

A Praia de Maria Angu se estendia por uma vasta faixa litorânea, indo desde a altura da Avenida Lobo Júnior, na Penha Circular, até a região de Ramos. Essa praia, parte do antigo Balneário da Leopoldina, possuía grande importância ecológica e social, sendo utilizada tanto para lazer quanto para atividades pesqueiras que sustentavam as comunidades locais.

Os romeiros que participavam da tradicional Festa da Penha também utilizavam o porto de Maria Angu como um dos principais pontos de acesso à celebração, realizada em outubro, junto à igreja do bairro. Esse trajeto reforçava a importância do porto como parte das dinâmicas culturais e religiosas da região.

Além disso, o Porto de Maria Angu, situado nessa faixa costeira, desempenhava um papel crucial no transporte de mercadorias e passageiros, conectando a região a outros pontos da cidade e do estado. A foto abaixo, datada da década de 1930, ilustra a paisagem original antes das intervenções urbanísticas de construção da Avenida Brasil.



Figura 3: A fotografia do Porto de Maria Angu, mostra uma faixa litorânea da região da Penha/Ramos ainda preservada, antes do processo de aterramento que transformou radicalmente a paisagem da Leopoldina.

Como mencionado anteriormente, a construção da Avenida Brasil levou ao aterramento da área, causando a destruição desse ecossistema e provocando uma profunda transformação na dinâmica socioeconômica local. Nesta perspectiva, o olhar de Nei Lopes na obra "Nas águas desta baía há muito tempo: contos da

Guanabara", nos leva a mergulhar em um tempo histórico que fala um pouco da dinâmica socioambiental deste território "IN MEMORIAM".

Nei Lopes tem um olhar profundo sobre a cartografia negra carioca, e sua obra nos ajuda a reconstruir essas narrativas sobre o Porto de Maria Angu, destacando a presença e a resistência da população negra na região. Por isso, podemos abordar como o porto era um ponto estratégico para a economia e circulação de pessoas, assim como sua importância histórica para essas comunidades que se formavam em torno do litoral da Leopoldina.

Nosso ponto de convergência é a escrevivência. O conceito cunhado por Conceição Evaristo, refere-se à escrita que nasce da experiência vivida, particularmente das memórias, dores e resistências da população negra. Para Evaristo (2008), essa escrita não é meramente ficcional, mas um testemunho que carrega as marcas do cotidiano, da ancestralidade e da luta por dignidade. Ela afirma: "Nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para 'ninar os da casa-grande', e sim para incomodar, desestabilizar." (Evaristo, 2007)

No terceiro conto do livro "Nas águas desta baía há muito tempo: contos da Guanabara", intitulado "Maria-Angu", Nei Lopes apresenta a história de uma personagem marcante do final do século XIX. Maria-Angu é descrita como uma mulher negra de quase dois metros de altura e aproximadamente 150 quilos, filha de uma escrava com o filho de um fazendeiro. Sua trajetória é rica e multifacetada: desde vendedora de angu no porto até proprietária de um bordel flutuante. Além disso, destacou-se por atos heroicos, como salvar diversas pessoas de um naufrágio. Infelizmente, sua vida teve um desfecho trágico, destruída pelo amor.

O que vem ao caso para descrever essa 'vivência escrita' está ligada à narrativa de Lopes, que enriquece a literatura brasileira com personagens complexos e ilumina aspectos históricos e culturais da população que residia e frequentava o Porto e a Praia de Maria Angu. Ao retratar essas figuras, o autor resgata memórias de resistência e protagonismo, ou seja, sai de uma geografia silenciada, para contribuir para uma cartografia negra carioca que valoriza e reconhece as contribuições desse povo na formação da identidade da cidade. Fato é que a literatura pode servir como uma dessas ferramentas para reconfigurar a cartografia afetiva em questão.

Assim como Evaristo, Lopes utiliza sua narrativa para denunciar o apagamento histórico e reafirmar a presença negra na formação do Rio de Janeiro, sua escrita funciona como um ato de resistência e memória. Coloca a literatura como uma ferramenta política de insurgência, subvertendo as narrativas coloniais e hegemônicas que tradicionalmente apagaram ou distorceram as vozes negras.

De manha, ela vendia angu; e de noite saía de novo, pra vender peixe frito e iscas de fígado, pagando para o senhor 20 mil Reis por dia: de “jornal”, como se diz. Mas um dia ele morreu. E aí Maria, que ainda não era minha comadre, mas já era Maria Angu, e que já era livre de direito, passou a ser livre de fato também. E ninguém tinha mais nada a ver com sua vida. O fato é que dizem muita coisa sobre ela. Cada um de um jeito. Mas o que ninguém discorda é que ela ficou mesmo conhecida foi na praia, vendendo angu para marinheiros, estivadores e demais frequentadores do porto. Era Maria do Angu; e depois virou maria-Angu. E o porto ganhou seu nome: Porto de Maria-Angu. (Lopes, 2017; p. 28 e 29).

Nei Lopes relata a história de Maria Angu com a proximidade afetuosa de um compadre, conferindo-lhe um tom íntimo e envolvente. Ele afirma que a praia recebeu seu nome em homenagem a ela. Neste conto, os personagens ganham profundidade, sentimentos, contradições.

Lopes traz na pessoa de Maria as características das mulheres negras deste tempo. Assim como outras Marias:

Puxava uma draga com o cabo de aço sem fazer cara feia; podia carregar um barril de farinha em cada braço e rebocar uma chata (...), Mas também tinha vez que ela queria e conseguia ser mulher. E mulher mesmo, de verdade (Lopes, 2017, p. 30)

Na narrativa do autor Maria era tida como uma mulher de notável resistência e determinação, desafiando as convenções de sua época. Vestia-se como os homens não por mera escolha estética, mas como um gesto de afirmação em um mundo que tentava restringi-la. Sua força não se limitava à aparência; manifestava-se também no trabalho árduo que desempenhava com a mesma destreza e vigor daqueles que a sociedade considerava os únicos aptos a certas tarefas. Assim, Maria impunha sua presença, rompendo barreiras e traçando sua história na memória daquele território.

Trazer esta visão de Nei Lopes, ao retratar a história de Maria Angu, é altamente relevante por vários motivos. Primeiramente, a obra resgata e valoriza a

memória afrodiaspórica, destacando figuras e territórios historicamente marginalizados na narrativa oficial. Segundo por pensarmos em uma cartografia negra da cidade, iluminando trajetórias que, como a de Maria Angu, foram essenciais para a formação dos espaços urbanos frequentemente invisibilizados.

Por fim, a história da Praia de Maria Angu é um contexto de resistência negra na Baía de Guanabara. A presença de Maria Angu, uma mulher negra que rompeu normas sociais, encontra eco na oralidade afetiva em uma perspectiva crítica sobre as relações de poder.

4.3. Praia da Moreninha, Favela da Kelson's e Marcílio Dias

A história da área que hoje compreende a Favela da Kelson's, o Conjunto Marcílio Dias e o antigo território da Praia das Moreninhas reflete as transformações impostas pela expansão urbana e as políticas de reconfiguração territorial na cidade do Rio de Janeiro. Esse espaço, antes caracterizado pela presença da praia da Penha Circular, lugar de lazer e descanso, marcada por um modo de vida vinculado à Baía de Guanabara, com uma potente colônia de pescadores, passou por sucessivos processos de remoções e aterramentos, moldando sua atual estrutura territorial, refletindo os impactos ambientais subsequentes à esses processos.

Não existe um marco de fundação das moradias na praia da Moreninha, porém essa área é frequentada há muito tempo. Como exemplo, traz-se o registro de visitação no local, em 1932, que sempre foi identificado como espaço de recreação e convivência de moradores da região da Leopoldina

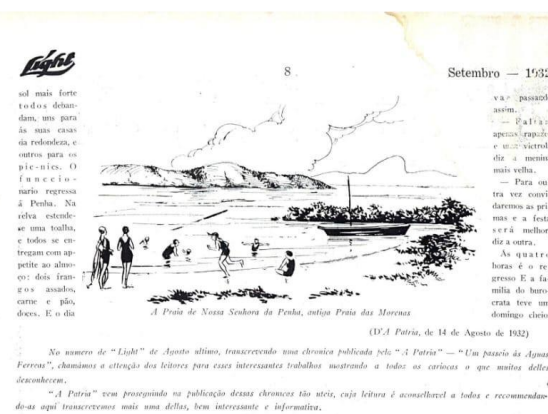


Figura 4: Imagem do piquenique na Praia das Morenas, cena que ilustra a importância social e cultural que a praia tinha para a comunidade local

Esse trecho da edição de setembro de 1932 da Revista Light oferece um registro detalhado sobre o percurso do centro da cidade até o pitoresco sítio da Penha, descrevendo a experiência de viajar de bonde para um piquenique aos pés da Igreja da Penha. Após a refeição, o redator sugere um mergulho no mar, revelando que, à época, essa prática fazia parte do cotidiano carioca. A narrativa é construída de forma envolvente, com o propósito de apresentar aos leitores uma cidade que, muitas vezes, desconhecem em sua própria geografia e possibilidades de lazer.

O jornal *O Globo*, em sua edição de 9 de dezembro de 1940, trouxe um importante registro ao dar voz aos moradores dos subúrbios da Leopoldina, destacando suas reclamações sobre as condições das praias de Maria Angu, em Olaria, e das Moreninhas, na Penha. A reportagem evidencia a relevância desses espaços para a população local, ao mesmo tempo em que revela as dificuldades enfrentadas por seus frequentadores, consolidando-se como um documento fundamental para compreender as dinâmicas sociais e urbanas da região naquele período.

Ramos, o populosíssimo bairro servido pela Leopoldina, deve o que hoje é ao porto de Maria Angé e à praia das Morenas. Foi aquele braço de mar que o separa da ilha do Governador que atraiu para o subúrbio leopoldinense a população que hoje possui e os melhoramentos que ostenta. Por isto mesmo, sua situação em face dos outros subúrbios leopoldinenses devia ser excepcional. Mas não é. A despeito da praia de banho, a despeito da Colônia de Pesca 7-4, a despeito das ruas alinhadas e bem movimentadas que ali estão — e isto já se deve à gestão do prefeito Dodsworth — Ramos provoca no visitante que procura justamente o seu ponto nevralgico, a praia, uma dolorosa impressão.

Era natural que as reportagens que estamos publicando sobre os subúrbios despertassem nos moradores de Ramos a esperança de melhorias a que elles fagueiramente têm direito. Atendendo à solicitação desses moradores, em geral e em particular dos que frequentam a linda praia das Morenas, a nossa reportagem ali esteve.

Ruas que são estradas e estradas que são trilhas. . .

Rumamos pela estrada do Engenho da Pedra, que se liga à estrada do Apicum, caminho directo para a praia. Muito antes do bifurcamento dessas duas estradas já se sente a característica dos subúrbios, que vão merecer, certamente, a valiosa atenção da Municipalidade. Há uma trilha também chamada do Apicum, que começa e não acaba; há a rua Operário Forte, que corta transversalmente a estrada do Apicum; há a rua Euliz Campos, que também coincide à praia e há uma dezena de trilhas, que se entrecruzam às proximidades do porto, onde o trânsito de pedestres é penoso e o de veículos só possível em tempo secco. Em todas essas vias não há nem alinhamento, nem nada que denuncie um caminho praticável. As valas profundas, o mato, os buracos, os sulcos cavados pelas enxurradas ali estão, obrigando o caminhante a parar para se orientar e não perder naquella verdadeira labirinto.

Ramos é um subúrbio bem servido de circulação. Além da Leopoldina, transitam por elle os bondes de Ramos e Penha e varias linhas de omnibus. Está ligado ao Meyer tambem por uma linha de omnibus. Tem um vastissimo commercio, cinemas modernos e escolas. Do lado da rua Uranos tudo é melhor do que do lado opposto. E é precisamente nesse lado opposto, em que ficam o porto de Maria Angé e a praia, que elle mais carece de amparo da Municipalidade.

Uma rua cortada por uma valla

No aian de colaborar na obra de remodelação dos subúrbios que o prefeito Dodsworth vem realizando, a nossa reportagem annotou em Ramos ruas a que faltam calçamento e aguas, ruas em que a parte construida se

annulla deante dos grandes trechos baldios e ruas como a Barreiros, que é cortada a meio por uma valla larguissima. O transito de vehiculos é ali impossivel. As ruas Souza Lobo e Gonzaga Duque passam largas perigosas sem agua. Na que tem o nome do grande escriptor e inasqueivel critico de artes plasticas, um cano se manteve partido, derramando agua inutilmente, por quasi um mez. Tudo isto aqui deixamos registado para que sobre Ramos melhor se faga sentir a accão da Municipalidade e a boa vontade manifesta do prefeito Henrique Dodsworth, em dotar a capital da Re-

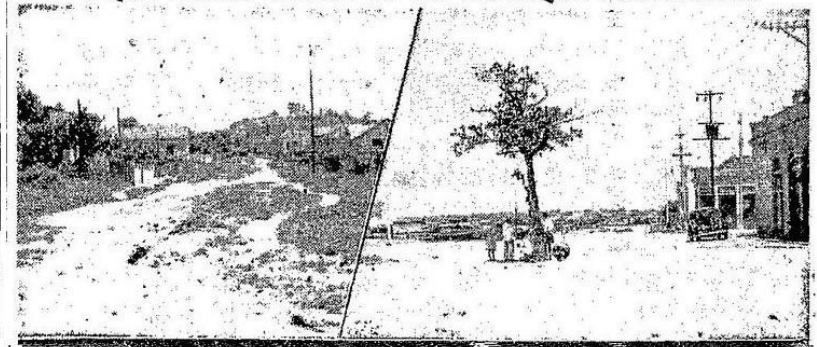
publica de melhoramentos que assimgnalarão a sua passagem pela Prefeitura. O porto de Maria Angé e a linda praia das Morenas, onde muito subúrbios, não só de Ramos e das duas estações que lhe são vizinhas, mas do Meyer e de outros subúrbios da Central, fazem a heliotherapia e gozam dos bons effeitos dos banhos saigados, merecem que se aperfeicoem os caminhos naturaes que a elles conduzem, permitindo o transito dos que vivem no lado opposto dos carioacas que residem no Flamengo, em Copacabana e no Leblon.

Facebook.com/
Jornais.Rio

Melhorem as praias dos subúrbios

Maria Angé e a das Morenas confiam na boa vontade da Municipalidade

O QUE RAMOS ESPERA DO SR. HENRIQUE DODSWORTH



Uma rua typica de Ramos e a praia de Maria Angé

O GLOBO

9-12-40

JORNAIS ANTIGOS DO RIO DE JANEIRO

Figura 5: Imagem do Jornal O Globo de 9 de dezembro de 1940 que trouxe muita reclamação dos habitantes das praias de Maria Angé e das Morenas

À medida que mais pessoas descobriam o reduto paradisíaco de pescadores, a ocupação de pessoas a morar na praia se intensificava. Um número crescente de barracos de madeira erguidos sobre palafitas foi configurando essa comunidade que se formava. Esse processo ocorreu simultaneamente à migração de nordestinos para a região e às sucessivas remoções promovidas pelo poder público nas décadas de 1940, 1950 e 1960, moldando profundamente a dinâmica social e urbana do território.

No estudo monográfico de graduação deste pesquisador vamos observar como esse processo de ocupação residencial foi paulatinamente dando vida ao que vamos conhecer no futuro como Favela da Kelson's:

O conjunto habitacional Marcílio Dias, que até a década de 1960 era conhecido como Praia das Moreninhas, se origina da ocupação da área de mangues e pequenas faixas arenosas formada pelas praias dos ‘crioulos’ e a praia das ‘moreninhas’ – tratava-se de um espaço de lazer e diversão dos moradores da Penha Circular. Sua abrangência territorial é muito pequena. Como vemos abaixo, a comunidade fica entre a Avenida Lobo Junior, ao lado do CIAA, beirando a Avenida Brasil, encerrando na Rua do Alpiste, atrás do Mercado São Sebastião, também beirando a Avenida Brasil. Escondida atrás da Fábrica Kelson’s e de frente para a Baía de Guanabara, vendo ao fundo o Aeroporto do Galeão. (Silva Junior, 2016, p. 16)

Um outro fator relevante para entendermos como esse processo se transcreve na história é referente ao nome que vai popularmente chamar a favela. O título Favela da Kelson’s vem da fábrica de couro homônima, que data da sua fundação na década de 1940 e tem sua instalação no território a partir de 1950.

Inicialmente, a região abrigou uma vila operária formada por trabalhadores da fábrica, que, ao longo do tempo, expandiram suas moradias com puxadinhos para acomodar novos moradores. Com o crescimento da ocupação, o controle sobre as construções foi se perdendo, e o território passou a se desenvolver de maneira autônoma. Esses barracos ficavam no terreno não alagado da empresa e, como segue a foto abaixo, localizamos postes de luz, demonstrando que essas residências já possuíam acesso à rede elétrica



Figura 6: Filhos de Moradores da Vila residencial Kelson’s

Além desse olhar voltado para esse território marcado por crimes ambientais, é relevante trazer para o entendimento sobre a memória do que se configura como favela dois fatores: Os impactos do lacerdismo na tentativa de remoção da favela da Praia das Moreninhas / Kelson's, assim como a implementação do Projeto Rio, que por intercessão da Igreja Católica e Madre Teresa de Calcutá, a negociação com a Marinha do Brasil permitiu a implementação do conjunto habitacional Marcílio Dias e a não remoção da favela.

Já falamos que a justificativa para esse espírito remocionista de Carlos Lacerda se origina em impulsionar o crescimento econômico por meio da especulação imobiliária. Em resposta a essa política, as lideranças comunitárias de várias favelas se organizaram e fundaram a FAFEG (Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara), criando uma identidade política centrada nas condições de habitação. Esse movimento foi crucial para que os moradores se vissem como parte ativa e integrada à vida urbana da cidade (BURGOS, 1998).

Por isso:

O que mais os geógrafos têm buscado compreender através da literatura que “diz a cidade”, tem sido o sentido e o significado do espaço urbano para o indivíduo ou os grupos sociais, e a sua dimensão imaginária. Sendo assim, podemos questionar como os signos que representam o Rio de Janeiro foram constituídos e em que contexto memórias e história foram apagadas e silenciadas? (Andrade, 2022, p.4)

É sobre a memória apagada, ou quase silenciada que pensamos quando falamos da “memória biocultural”. Quem ousa falar ou se atreve em dizer que uma santa católica, vencedora do nobel da paz, foi responsável por frear as remoções na favela da Kelson's?

Em 1982, com o apoio da Pastoral de Favelas e do então Arcebispo da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, a favela Kelson's recebeu uma missão de Madre Tereza de Calcutá, o que foi fundamental para impedir a remoção total da comunidade. Esse chamado da Madre era para a implementação de uma obra missionária naquela favela de palafitas, com isso o evento destacou a força da organização comunitária e a estreita relação com a Igreja. O movimento popular não apenas resistiu às tentativas de expulsão, mas também reivindicou melhorias locais, como a garantia do direito à moradia e a preservação

das raízes comunitárias. Dessa forma, a Kelson's exemplifica como a construção socioespacial e a urbanização das favelas são frutos de uma luta contínua por cidadania e permanência, enfrentando desafios estruturais e a constante ameaça de apagamento de suas histórias.

Na foto abaixo vemos o registro da Santa Madre Teresa de Calcutá andando pelas ruas da favela, assim como segurando uma das crianças faveladas do local no colo.



Figura 8: Santa Madre Teresa de Calcutá andando pelas ruas da favela da Kelson's



Figura 9: Santa Madre Teresa de Calcutá segurando uma das crianças faveladas do local no colo

Esse espaço geográfico, como ensina Milton Santos (1996), é um híbrido, um composto indissociável de forma e conteúdo. Nele, coexistem um sistema de objetos e casas, indústrias, estradas, igrejas e terreiros, ou seja, um sistema de ações e leis, práticas e normas, que conferem dinamismo e significado ao território. Esses elementos não existem de maneira isolada, pois é na interação entre eles que a história se desenrola. Assim, a cidade não pode ser explicada apenas por suas formas materiais, mas pela ação dos sujeitos que nela vivem, disputam e transformam continuamente o espaço, em um processo permanente de produção e reprodução da vida urbana.

Por isso, não podemos esquecer que o território pesquisado é marcado pelo abandono e esquecimento por parte das políticas públicas. Ou melhor, a política pública que chegava e ainda chega, que traz consigo a perseguição e o medo. “Uma memória dos tempos em que o Estado foi executor de uma política estigmatizante e segregacionista” (BRUM, 2012).

Compreendendo a política de habitação popular no Rio de Janeiro como historicamente influenciada por uma lógica higienista e sanitarista, com marcas das primeiras remoções na cidade, é nítido o favorecimento ao capital imobiliário especulativo, que sempre se beneficiou do deslocamento das favelas cariocas. No entanto, a partir de meados da década de 1970, o governo federal iniciou um processo de autocrítica em relação à política coercitiva de remoções, buscando substituí-la por um modelo habitacional alternativo (GONÇALVES, 2006).

Nesse contexto, tornou-se evidente a crise do modelo adotado pelos militares, intensificando os debates sobre o papel do Estado na habitação popular. Em 1974, a responsabilidade pela formulação das políticas habitacionais foi transferida para o Conselho de Desenvolvimento Social, que implementou uma série de programas habitacionais, entre eles o PROFILURB, o FICAM, o PROMORAR e o Projeto João de Barro.

O Projeto Rio foi a iniciativa responsável pela implementação do programa PROMORAR no Rio de Janeiro, conforme descrito na "exposição de motivos" assinada pelo então Ministro do Interior, Mário Andreazza. Lançado em 1979 pelo Ministério do Interior e executado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), o projeto tinha como um de seus principais objetivos o saneamento das áreas da orla

da Baía de Guanabara, então ocupadas por comunidades de baixa renda. Dessa forma, o Projeto Rio tornou-se a principal plataforma para a execução da política do PROMORAR na cidade.

Por isso compreendemos que:

O Projeto Rio, extremamente midiaticizado, almejava reconquistar o apoio dos favelados ao Regime Militar, que sofria enormes críticas quanto à sua política social, assim como atender às expectativas eleitoreiras do Ministro do Interior Mário Andreazza. Além da urbanização da favela e erradicação das palafitas, dividiu o terreno da favela em vários condomínios ‘horizontais’, agrupando cada condomínio em um grupo de casas de maneira a facilitar os tortuosos e burocráticos procedimentos de regularização fundiária (Gonçalves, 2006, p.12).

Ao mesmo tempo que os Militares pensavam em suas alternativas para controlar o direito à cidade dos moradores de favela, em contra resposta ao movimento remocionista, vemos em torno dos favelados um processo de organização política que mudaria a história das favelas cariocas. Tomamos como exemplo o desenvolvimento de lideranças comunitárias organizadas na FAFEG (Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara que depois vai se tornar a FAFERJ - Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro).

Logo, “se criou uma identidade baseada nas condições de habitação que vai incorporar um saldo político onde os moradores se viam integrados à vida da cidade” (SILVA JUNIOR, 2016).

É diante dessa realidade, que o Estado não esperava, “é que essa possibilidade organizativa de residências pudesse unir os favelados de tal forma que os mesmos pudessem iniciar um processo de unidade em torno das pautas mais frágeis do seu cotidiano (SILVA JUNIOR, 2016 p.11)

Foi perante este cenário que os Moradores da Favela da Kelson's ressignificam sua luta pelo direito à moradia e hoje o território conquistou algumas políticas públicas básicas. Hoje, ao observar o território, percebe-se que a luta por moradia digna e pelo direito à cidade segue viva. A memória desse processo precisa ser resgatada e valorizada, pois revela como a construção socioespacial das favelas não se deu ao acaso, mas sim como resultado de uma luta contínua por reconhecimento e cidadania. A Kelson's, Marcílio Dias e a antiga Praia das Moreninhas não são apenas locais geográficos, mas símbolos da resistência popular

frente às políticas urbanas que, historicamente, tentaram marginalizar seus habitantes.

5. Botando verde na mesa da favela / Provisão de Alimentos (plantio, colheita e distribuição) / Educação Ambiental na Escola Gonzaguinha / Parcerias CS - Ação da Cidadania / Hortas Cariocas - Política Pública no Território

A luta por segurança alimentar e justiça ambiental nas periferias urbanas exige estratégias coletivas e iniciativas concretas que articulem produção, educação e políticas públicas. No contexto da Favela da Kelson's, a Horta Comunitária Maria Angu emerge como um espaço de resistência e transformação, promovendo o acesso a alimentos frescos e saudáveis, fortalecendo laços comunitários e impulsionando práticas de educação ambiental, mitigando, ainda que em baixa escala, os efeitos da injustiça climática.

Queremos neste capítulo dar continuidade às discussões apresentadas anteriormente, aprofundando a compreensão sobre os serviços ecossistêmicos proporcionados pela horta, sobretudo no que se refere à provisão de alimentos e à projeção do conhecimento acerca da ciência da sustentabilidade e da dinâmica socioambiental no território. Enquanto os capítulos anteriores abordavam o racismo ambiental e a insegurança alimentar como problemas estruturais, aqui destacamos as ações concretas que buscam enfrentá-los no cotidiano da comunidade.



Figura 10: Registro da primeira atividade integradora da horta com as lideranças locais

A imagem acima é o reflexo da vontade. Essa foi a primeira reunião dos colaboradores da Horta com lideranças locais no pós-pandemia e dela surgiu as estratégias necessárias para apresentar uma solução palpável através da construção dos primeiros canteiros de produção e projeções de possibilidades que a Horta traria ao território.

A experiência da Horta Comunitária Maria Angu demonstra que a soberania alimentar em territórios periféricos e favelados vai além da produção de alimentos: envolve redes de solidariedade, parcerias estratégicas e iniciativas educativas que capacitam moradores e fortalecem políticas públicas. Nesse sentido, como praxis do dia a dia da Horta, analisaremos a dinâmica de plantio, colheita e distribuição dos alimentos, com especial atenção às doações destinadas num primeiro momento à Creche Hotelzinho da Criança e em continuidade ao projeto à Creche Ovelhinha de Jesus. Também discutiremos o impacto do projeto de educação ambiental na Escola Municipal Gonzaguinha, a importância dos mutirões e doações do Kit Refeição da ONG Ação da Cidadania e, por fim, a inserção da horta no Programa Hortas Cariocas da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Ao longo deste capítulo, evidenciaremos como essas iniciativas não apenas garantem alimentos, mas também fomentam o direito à cidade, promovem consciência ambiental e fortalecem o papel dos hortelãos como agentes fundamentais na construção de um território mais sustentável e autônomo.

5.1. Provisão de Alimentos: do plantio à distribuição

O direito à alimentação adequada e saudável é um dos pilares fundamentais da segurança alimentar e nutricional, sendo reconhecido como um direito humano essencial (FAO, 2017). No Brasil, a agricultura urbana e periurbana tem se consolidado como uma estratégia eficaz para a promoção desse direito, especialmente em territórios periféricos, onde a insegurança alimentar é uma realidade cotidiana (Graziano da Silva, 2019). Nesse contexto, a Horta Comunitária Maria Angu desempenha um papel central na produção e distribuição de alimentos frescos, contribuindo para a soberania alimentar de uma pequena parcela da comunidade da Kelson's.

Para alcançar as metas de distribuição de alimentos orgânicos estruturamos a Horta Comunitária Maria Angu a partir de princípios agroecológicos, promovendo um modelo de produção de alimentos que respeita os ciclos naturais, que valoriza o saber popular e fortalece a autonomia alimentar dos beneficiados. O cultivo na horta segue diretrizes que buscam reduzir o impacto ambiental, evitar a dependência de insumos externos e garantir a qualidade nutricional dos alimentos colhidos.

Segundo Caporal & Costabeber (2004), a agroecologia é uma ciência que integra saberes tradicionais e modernos, buscando otimizar os recursos naturais enquanto respeita as especificidades locais e os saberes das comunidades. Essas práticas, são fundamentais para garantir a produção de alimentos saudáveis e acessíveis

A produção da Horta se concentra em hortaliças, verduras, legumes, ervas e temperos, frutas e tubérculos. O plantio ocorre sem o uso de agrotóxicos ou fertilizantes químicos sintéticos. Para nutrir o solo e manter a fertilidade, utilizam-se adubos orgânicos, como esterco curtido, composto orgânico produzido localmente e biofertilizantes naturais.

Um dos pilares da agroecologia é a diversificação dos cultivos. Em vez de monoculturas, a horta utiliza sistemas de plantio consorciado, combinando espécies que se beneficiam mutuamente. Por exemplo, o plantio de manjerição próximo a hortaliças como alface e couve ajuda a afastar pragas, reduzindo a necessidade de controle manual.

Outro fator importante de prática agroecológica é a reciclagem de matéria orgânica. Utilizamos restos de alimentos, podas, capinas e outros resíduos orgânicos, que são transformados em composto, devolvendo nutrientes ao solo e reduzindo a geração de lixo. Esse ciclo fortalece a sustentabilidade da produção e reduz custos.

Por isso que as práticas agrícolas adotadas são fortemente influenciadas visando promover uma agricultura sustentável e socialmente justa. Não à toa nosso principal foco é a distribuição desse alimento para crianças atendidas por creches locais que atendem majoritariamente mães solteiras em vulnerabilidade social.

A insegurança alimentar infantil é uma das faces mais preocupantes da desigualdade socioeconômica no Brasil. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) indicam que crianças em situação de vulnerabilidade são as mais afetadas pela falta de acesso a alimentos de qualidade. Nesse sentido, as doações da Horta Comunitária Maria Angu para a Creche Ovelhinha de Jesus e Hotelzinho das Crianças representam uma estratégia essencial para combater a desnutrição e promover hábitos alimentares saudáveis desde a infância.

A introdução de alimentos frescos e livres de agrotóxicos na alimentação das crianças contribui significativamente para a melhoria do desenvolvimento infantil. Além disso, a parceria entre a horta e a creche reforça a importância de políticas públicas voltadas para a alimentação escolar, alinhadas às diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que incentiva o uso de alimentos oriundos da agricultura familiar e agroecológica (Brasil, 2018).

Para poder oferecer doações de alimentos orgânicos foi organizado pelo grupo de coordenadores da Horta Maria Angu uma metodologia de mutirões para manutenção do espaço. No dia a dia, Walmyr Junior (este pesquisador que aqui escreve) junto com Seu Dário, faziam todo o trabalho de rega e manutenção. De 15 em 15 dias organizava-se grandes encontros para manejo e plantio nos canteiros.

É fundamental destacar a generosidade de Seu Dário, que cedeu parte do terreno de sua elétrica para que a Horta Comunitária Maria Angu pudesse ser construída. Além disso, ele sempre nos acolheu com grande carinho, oferecendo água, banheiro quando ainda não tínhamos estrutura, um cafezinho, um fresco ao lado de seu ventilador improvisado. Seu Dário fez da sua vida uma presença marcante e constante: regando a horta, sorrindo, oferecendo sempre um bom papo.

Infelizmente, o tempo nos pregou uma peça, e Seu Dário partiu em 14 de dezembro de 2023, de causas naturais. Seu legado permanece, assim como sua memória na construção coletiva deste espaço.

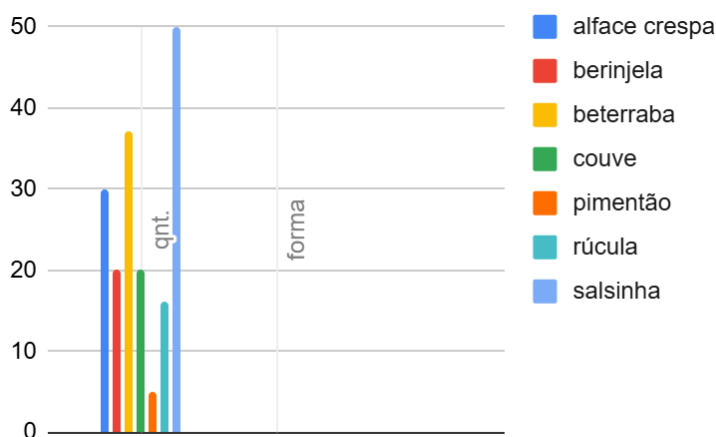
Nessa interlocução com práticas ancestrais e coletivas, como mutirões, vivenciada tanto em áreas rurais quanto em territórios periféricos, que são amplamente utilizados para a construção de moradias, ampliação de espaços e criação de estabelecimentos comunitários. No contexto agrícola, essa prática é especialmente comum durante os períodos de plantio e colheita. Além de viabilizar

melhorias estruturais, os mutirões fortalecem os laços de solidariedade e cooperação.

Por isso a importância de fazer chegar na mesa das creches da comunidade um alimento plantado no mesmo território em que as crianças moram. Agregar valor da potência agrícola na favela é plantar novas possibilidades nas mentes e corações dos favelados. Sendo assim foi projetado uma dinâmica de entrega desses alimentos colhidos na Horta. As colheitas direcionadas para as creches, inicialmente eram aos sábados, após a adesão ao programa Hortas cariocas, que falaremos à frente, passou-se a entregar as doações às quintas feiras. Inicialmente as doações foram direcionadas para a creche “Hotelzinho das Crianças”³⁰, coordenada pela “Tia Silvia”, que acolhia uma média de 20 crianças. Em decorrência do excedente da colheita passamos a direcionar também para a creche “Ovelhinha de Jesus”, coordenada pela “Tia Denise”, que acolhe um público variado de 25 a 30 crianças.

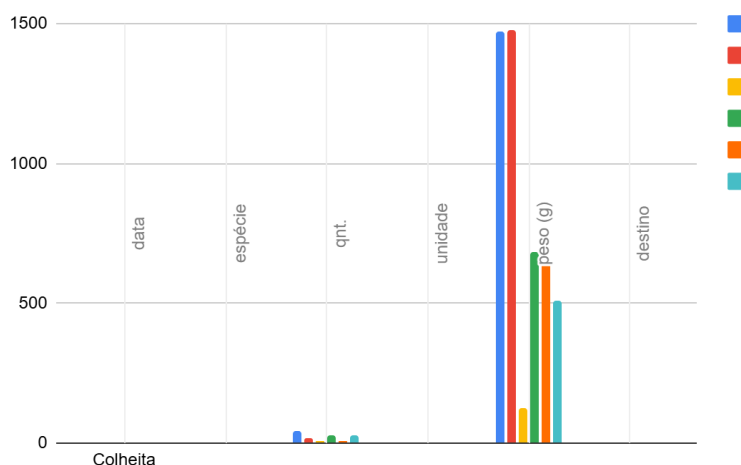
Foi-se criando uma rotina de registro das colheitas que nos permite mensurar as doações que chegavam na creche nas primeiras entregas. Na tabela abaixo é possível identificar alguns dos alimentos plantados, colhidos e doados:

Plantio:



³⁰ Infelizmente em janeiro de 2024 essa creche encerrou seus trabalhos na comunidade.

Colheita:



Fonte: Arquivo da Horta Maria Angu

Com o desenvolvimento do projeto a equipe de colaboradores foi se aprimorando e melhorando os registros, superando os desafios da falta de equipamentos e ampliando suas disputas no território.

O primeiro mutirão dedicado à limpeza do terreno da Horta Comunitária Maria Angu ocorreu em 4 de dezembro de 2021, contando com a participação ativa dos membros do projeto e dos moradores da Kelson's. O local apresentava grande acúmulo de resíduos, tornando necessária uma limpeza minuciosa, que envolveu a separação e remoção de materiais como plásticos, vidros, tapetes, embalagens e latas, além da retirada de espécies invasoras e de suas raízes. Após essa etapa, o terreno foi nivelado, preparando a área para a construção dos canteiros. Nos dias seguintes, moradores voluntários se mobilizaram para erguer a base dos canteiros, utilizando blocos de cimento, resultando na criação de duas estruturas medindo 8 m x 1 metro.



Figura 11: Terreno Baldio



Figura 12: Terreno em manutenção



Figura 13: Construção dos Canteiros



Figura 14: Canteiro em Produção

O terreno baldio, lugar de despejo de entulhos e toda espécie de lixo, passa a oferecer vida em forma de alimento orgânico. Durante os mutirões de plantio da Horta, utilizamos mudas ao invés de sementes. Além de termos maior celeridade da produção, temos um fornecedor de alta qualidade e sem agrotóxico. As mudas utilizadas são adquiridas na barraca do Rogério, localizada no pavilhão 30 da

Central de Abastecimento S/A (CEASA), no bairro de Irajá, zona norte do Rio de Janeiro. Essa barraca integra a União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (UNACOOOP), organização que busca fortalecer a comercialização da agricultura familiar no estado.

Além dessas, também utilizamos mudas provenientes do Sítio Sou, localizado em Teresópolis e administrado por Giulia Cezini e Pedro Pires, um dos integrantes do projeto da horta. A produção do Sítio Sou segue princípios agroecológicos, sem o uso de agrotóxicos, sendo caracterizada como uma produção orgânica certificada.

O uso desse tipo de muda corresponde ao desejo permanente em sempre oferecer o melhor produto e a melhor colheita para nossos beneficiados. Porém, sabemos que no Brasil a injustiça alimentar se manifesta na forma de poder que determina quem tem o direito de produzir, acessar e consumir alimentos saudáveis.

Essas desigualdades estão profundamente ligadas às políticas públicas e aos interesses do agronegócio, que monopolizam a produção e distribuição de alimentos, favorecendo a lógica da mercantilização em detrimento da soberania alimentar das populações periféricas.

É importante ressaltar que o crescimento do consumo de alimentos ultraprocessados nas periferias tem contribuído para o aumento de doenças precoces, tornando-se uma preocupação cada vez mais recorrente (FORAPANI, 2019).

Quando oferecemos um alimento orgânico para nossos parceiros, possibilitamos uma imediata substituição de alimentos industrializados e sintéticos na mesa da favela, com a pretensão de garantir a superação da fome e supressão do “deserto alimentar”³¹ vivido no cotidiano favelado.

³¹ Deserto alimentar é uma expressão que se refere a territórios onde há escassez de acesso a alimentos in natura ou minimamente processados, resultando na predominância do consumo de produtos ultraprocessados e pobres em nutrientes.



Figura 15: Colheita da Horta



Figura 16: Crianças da Creche Hotelzinho

De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em levantamento realizado em 2021, a pandemia da Covid-19 agravou significativamente a insegurança alimentar no

Brasil. A pesquisa, que analisou 2.180 domicílios, revelou que mais da metade das famílias pesquisadas sobrevive com menos de meio salário mínimo, evidenciando como a crise sanitária aprofundou as desigualdades e dificultou ainda mais o acesso à alimentação adequada.

Do total de 211,7 milhões de pessoas, 116,8 milhões conviviam com algum grau de IA (leve, moderada ou grave). Destes, 43,4 milhões não contavam com alimentos em quantidade suficiente para atender suas necessidades (IA moderada ou grave). Tiveram que conviver e enfrentar a fome, 19 milhões de brasileiros(as). [...] Eram 10,3 milhões de pessoas em IA grave em 2018, passando para 19,1 milhões, em 2020. Portanto, neste período, foram cerca de nove milhões de brasileiros(as) a mais que passaram a ter, no seu cotidiano, a experiência da fome. As vulnerabilidades sociais, muitas delas determinantes da capacidade de acesso aos alimentos, também cresceram nesse período de dois anos (2018 a 2020). O desemprego, que é um fator relevante na gênese da IA, aumentou a uma taxa de 12% ao ano (IBGE 2018, IBGE 2020a). Outros fatores reveladores de vulnerabilidades estiveram neste estudo associados à IA, tais como a pessoa responsável pelo domicílio ser uma mulher, ou ser de raça/cor da pele preta ou parda, ou ter baixo nível de escolaridade. Estas são condições que por si só conferem maior vulnerabilidade social às famílias e quando estão associadas ao desemprego e à baixa renda, como frequentemente ocorre, aumentam as chances de maior IA e fome (IBGE 2020b). (REDE PENSSAN, 2021, p. 35-55)

Levar comida de qualidade para a mesa da favela vai além da produção de alimentos; é um movimento de reafirmação de direitos e de construção de autonomia. A Horta Comunitária Maria Angu se torna um elo entre o plantio e a mesa, garantindo que o alimento chegue a quem precisa sem depender das imposições do mercado. Mais do que nutrir o corpo, essa parceria fortalece laços, resgata saberes ancestrais, dos “mais velhos da favela” e cria caminhos para uma alimentação digna e acessível, enfrentando, na prática, os desafios da insegurança alimentar.

5.2. Educação Ambiental na Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha

A experiência da Horta Comunitária Maria Angu tem mostrado que cultivar alimentos é também cultivar vínculos, afetos, saberes e resistências. Desde sua criação, a horta se consolidou como um espaço coletivo e educativo no território da

Kelson's, conectando segurança alimentar, cuidado com o meio ambiente e a valorização das memórias locais. Foi a partir dessa trajetória que surgiu o desejo de expandir essa vivência para dentro da escola do território, criando uma ponte entre o plantio comunitário e a educação formal.

Com o intuito de expandir o projeto Horta Maria Angu com a criação de novas redes no território, após executar o primeiro edital conquistado, a equipe da Horta passou a se debruçar em um segundo edital. Em outubro de 2022 o IEAHu da PUC-Rio repetiu a mesma proposta de edital, que favorecesse projetos de extensão para contextos de vulnerabilidade³². Nesse contexto, a proposta descrita pela equipe da Horta foi de buscar uma aproximação consolidada com a instituição de ensino público da favela, a Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha.

Essa iniciativa representa um passo importante na expansão da educação ambiental no território. Com a aprovação no segundo edital foi possível viabilizar recursos para a construção de uma horta dentro da escola, ampliando o impacto do projeto iniciado na favela. Essa iniciativa não apenas fortalece a conexão entre a comunidade escolar e a produção de alimentos saudáveis, mas também transforma o espaço escolar em um ambiente de aprendizagem viva.



Figura 17: Construção do canteiro da Escola Gonzaguinha

Mais do que um canteiro, a horta na escola se torna uma ferramenta pedagógica essencial, permitindo que as crianças compreendam, na prática, os serviços ecossistêmicos. O ciclo das plantas ensina sobre a ciclagem de nutrientes, a presença de insetos e flores evidencia a importância da polinização, e a irrigação reforça o entendimento da regulação do ciclo da água. Além disso, o cultivo

³² Para acessar mais informações, acessar em: <https://pucurgente.com.puc-rio.br/ieahu-lanca-edital-para-apoiar-acoes-com-populacoes-vulneraveis-na-pandemia/>

desperta reflexões sobre segurança alimentar e soberania alimentar, promovendo uma educação ambiental crítica e conectada ao território. Dessa forma, a horta escolar não apenas fornece alimentos, mas também forma cidadãos mais conscientes sobre sustentabilidade e justiça social.

Desde o início, compreendemos que a horta escolar só faria sentido se fosse construída coletivamente, valorizando os saberes já presentes na escola e no território, e criando pontes entre universidade, comunidade e educação básica.

Os estudantes receberam o projeto com muito entusiasmo. Todo desenvolvimento foi apresentado em sala de aula e contamos literalmente com “suas mãozinhas” para a pintura do espaço. Em pouco tempo foi possível testemunhar a familiaridade das crianças com o espaço da horta. Depois, foi a vez de apresentá-los à Horta Maria Angu. Organizamos uma aula de campo com eles e podemos presenciar muitos olhos brilhando de orgulho por participarem de algo que impacta diretamente a escola e sua comunidade.



Figura 18: Visita dos estudantes da Escola Gonzaguinha na Horta da Escola, assim como na Horta Maria Angu

Ainda assim, o processo não foi isento de desafios. Na escola aprendemos a lidar com as limitações de espaço físico, a escassez de funcionários para manutenção contínua e a oscilação do engajamento ao longo do ano letivo exigiu adaptação constante. Foi necessário fortalecer a parceria entre a equipe da horta e a coordenação pedagógica da escola, estabelecendo uma agenda mínima de atividades e construindo formas de integrar a horta aos projetos político-pedagógicos já existentes.

Para isso, promovemos um primeiro encontro entre a equipe da horta e as educadoras da escola, no formato de uma oficina vivencial, em que trocamos experiências sobre agroecologia, alimentação saudável, meio ambiente e práticas pedagógicas. A oficina foi pensada não apenas como momento de formação, mas como espaço de acolhimento e troca afetiva.

As professoras se mostraram profundamente interessadas e envolvidas, reconhecendo na horta um recurso potente para trabalhar temas transversais como alimentação, saúde, sustentabilidade, ciências da natureza, matemática e até mesmo linguagem e história local. Ao mesmo tempo, compartilharam os desafios do cotidiano escolar, como a escassez de recursos, o acúmulo de tarefas administrativas e a alta demanda emocional com os estudantes.

As oficinas foram baseadas no *Guia de Educação Socioambiental* da PUC-Rio (2023), que propõe uma abordagem interseccional e territorializada da educação ambiental, baseada nos direitos humanos, na justiça ambiental e na construção de comunidades sustentáveis. Segundo o guia, é fundamental que as práticas educativas estejam conectadas à realidade dos sujeitos, respeitando suas culturas, saberes e modos de vida.

A proposta de uma educação socioambiental territorializada implica, portanto, que o território onde se desenvolve o processo educativo seja compreendido como ponto de partida e como lugar de construção e de transformação dos saberes e das práticas (PUC-Rio, 2023, p. 20).

Entre os desafios enfrentados estavam a adaptação da rotina escolar à dinâmica da horta, a disponibilidade de tempo dos profissionais e a criação de estratégias para engajar as crianças. No entanto, os ganhos superaram as dificuldades, com destaque para o entusiasmo das turmas envolvidas nas atividades de plantio, colheita e cuidado com os canteiros. A proposta foi consolidando-se como uma prática de “educação ambiental crítica, que se constrói no cotidiano e busca promover processos de reflexão, autonomia e transformação” (PUC-Rio, 2023, p. 8).

Por fim, esse intercâmbio só foi possível porque houve, como aponta o Guia, “escuta atenta do território, das pessoas e das histórias que nele habitam”, aspecto considerado essencial “para que o educador e a educadora ambiental possam

contribuir com processos educativos transformadores e comprometidos com a justiça socioambiental” (PUC-Rio, 2023, p. 29).



Figura 19: Capa do Guia de Educação Socioambiental

5.3. Parcerias que geram vidas: CS - Ação da Cidadania- Coalizão Clima de Mudança - Tecendo Laços Especiais

Desde o início de 2024, a Horta Comunitária Maria Angu passou a integrar uma importante rede de solidariedade alimentar ao receber, semanalmente, os kits refeição do projeto Cozinha Solidária, desenvolvido pela ONG Ação da Cidadania. A distribuição acontece sempre às terças-feiras e tem como destino a ONG Criando Laços Especiais, organização que atua no atendimento de pessoas com deficiência e neurodivergência, muitas delas, crianças em situação de vulnerabilidade social.

A Ação da Cidadania é uma referência nacional na luta contra a fome, fundada em 1993 por Herbert de Souza, o Betinho, durante o movimento pela ética na política e pela cidadania plena. Sua atuação segue relevante ao longo dos anos, especialmente nos territórios mais impactados pela insegurança alimentar. Através da iniciativa Cozinhas Solidárias, a ONG fornece 100 kit refeição com quentinhas,

água mineral e frutas, fortalecendo os elos comunitários e contribuindo diretamente para a garantia do direito humano à alimentação adequada.

Nesse circuito de solidariedade e cuidado, a Horta Maria Angu assume um papel de ponte entre as instituições, conectando a produção e organização de alimentos à sua destinação ética e justa. Mais do que distribuir refeições, o gesto alimenta vínculos e promove dignidade, especialmente para um público historicamente negligenciado pelas políticas públicas.



Figura 20: Beneficiários do programa Cozinha Solidária recebendo alimentos na Favela da Kelsons

Ao garantir que essas refeições cheguem de forma regular à ONG Criando Laços Especiais, a horta contribui para a construção de uma rede de apoio no território, que valoriza a vida, a saúde e o bem-estar de crianças e jovens que encontram nesses alimentos não apenas nutrição, mas também afeto, pertencimento e cuidado. Trata-se de uma ação concreta de segurança alimentar ancorada na solidariedade popular, que fortalece o tecido comunitário e reafirma o compromisso da horta com a justiça social e ambiental.

Por isso que a segurança alimentar precisa ser reconhecida como um direito humano essencial, que demanda da implementação de políticas públicas e iniciativas coletivas capazes de assegurar, de forma contínua e sustentável, o acesso a alimentos em quantidade adequada e com qualidade nutricional.

Nesse contexto, os mutirões comunitários surgem como expressão prática da coletividade e da solidariedade presentes na favela da Kelson's. Mais do que simples mobilizações de força de trabalho, os mutirões representam momentos de encontro, troca de saberes e construção conjunta de um projeto que coloca a vida no centro. Desde os primeiros passos da Horta Comunitária Maria Angu, foram

essas ações coletivas que possibilitaram limpar o terreno, montar os canteiros, preparar a terra e cultivar os primeiros alimentos.

O fortalecimento dessa prática se deu com o apoio de diferentes parceiros institucionais e comunitários que colaboram regularmente com insumos, materiais, saberes e, principalmente, presença ativa nos dias de mobilização. A participação voluntária de moradores, estudantes, pesquisadores da PUC-Rio, coletivos de juventude e trabalhadores do território demonstra que a construção da segurança alimentar passa necessariamente pelo trabalho em rede e pela valorização das relações de confiança entre os sujeitos envolvidos.

A cada mutirão, semeia-se mais do que hortaliças: semeia-se o reconhecimento de que alimentar a favela com dignidade exige a união de muitas mãos, corações e histórias. Os voluntários da Horta Comunitária Maria Angu são movidos por um profundo senso de pertencimento e transformação social. A inspiração vem da oportunidade de contribuir diretamente para a segurança alimentar da comunidade, cultivando não apenas alimentos saudáveis, mas também laços de solidariedade e resistência. O trabalho coletivo fortalece a consciência ambiental e a conexão com a terra, promovendo aprendizado constante sobre agroecologia e justiça socioambiental. Além disso, a horta simboliza um espaço de troca e fortalecimento comunitário, onde cada semente plantada representa um passo em direção a um futuro mais justo e sustentável.

Entre os parceiros externos, destaca-se a colaboração com o Instituto Perifa Sustentável, com quem compartilhamos valores voltados à justiça climática nas periferias, e a participação na Coalizão Clima de Mudança, rede que articula movimentos, organizações e coletivos engajados na luta por justiça ambiental.

No território, o projeto Horta Maria Angu, estabeleceu relações de cooperação com a Associação de Moradores da Kelson's, com o Centro Socialista da Penha Circular que mobiliza seus 'camaradas' para participarem sempre das mobilizações, e com a já citada Creche Ovelhinha de Jesus, que recebe o escoamento da produção orgânica, e a ONG Criando Laços Especiais que é o elo de ligação com a Cozinha Solidária da Ação da Cidadania. Além da Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha, com quem desenvolvemos ações de

educação ambiental, e a ONG Redes da Maré, que também atua em defesa de direitos nos territórios periféricos.

Essas parcerias têm sido fundamentais para manter vivos os mutirões e expandir o alcance da horta como instrumento de transformação social e ambiental.

5.4. Advocacy e Política Pública: O Programa Hortas Cariocas

Para entrar nesse cenário de construção de políticas públicas é preciso dialogar com conceito de *advocacy*. Muito usado como atuação estratégica da sociedade civil na incidência sobre processos decisórios, visando influenciar políticas públicas, legislações e práticas institucionais, o *advocacy* se torna uma ferramenta fundamental para garantir que as vozes dos territórios vulnerabilizados — historicamente silenciadas — sejam ouvidas e respeitadas nos espaços de formulação e execução de políticas.

No caso da Horta Comunitária Maria Angu, o fortalecimento do *advocacy* tem ocorrido por meio da escuta ativa e da articulação com parceiros estratégicos, como lideranças comunitárias, escolas, organizações da sociedade civil, universidades e órgãos governamentais.

A chegada do Programa Hortas Cariocas à favela da Kelson's, em 2023, marca um importante avanço na consolidação das lutas por política pública. Essa conquista foi fruto direto da mobilização da equipe da Horta Comunitária Maria Angu, que desde sua fundação atua na articulação de redes, construção de parcerias e reivindicações, pautando segurança alimentar e justiça socioambiental no território atendendo às necessidades reais das favelas.

Criado em 2006 pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura do Rio de Janeiro, o Programa Hortas Cariocas tem como objetivo promover a produção agroecológica de alimentos em escolas públicas, comunidades periféricas e equipamentos sociais da cidade, com foco na geração de trabalho e renda, melhoria da qualidade da alimentação e promoção da educação ambiental. Segundo dados da própria Prefeitura, o programa já implantou mais de 60 hortas comunitárias e escolares em diferentes regiões da cidade, contribuindo com a

produção de mais de 80 toneladas de alimentos por ano, grande parte distribuída gratuitamente a moradores em situação de vulnerabilidade social.

Em 2021, o programa Hortas Cariocas foi reconhecido internacionalmente ao ser incluído na lista de boas práticas para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), pela Organização das Nações Unidas. A Prefeitura destaca que, segundo a ONU, o programa “incentiva a agroecologia urbana e dá acesso a alimentos saudáveis nas regiões mais vulneráveis da cidade” (Prefeitura do Rio, 2021).

Na Kelson's, a inclusão da Horta Maria Angu no programa representou um fortalecimento material e simbólico da luta coletiva pela sustentabilidade do projeto. A parceria garantiu recursos para a manutenção da horta, apoio técnico, além de bolsas para moradores hortelãos da comunidade, assegurando uma remuneração pelo trabalho que já vinha sendo realizado de forma voluntária.

Essa conquista reforça que o direito à alimentação não pode ser garantido apenas por ações emergenciais ou voluntaristas, mas requer o comprometimento efetivo do poder público. A experiência da Horta Maria Angu, agora integrada ao Programa Hortas Cariocas, mostra como a favela pode e deve ser protagonista na formulação de políticas públicas que considerem suas potências, saberes e modos próprios de organização.

Assim, queremos reafirmar que o papel das hortas urbanas reflete a implementação de tecnologias sociais potentes no enfrentamento à fome e na construção da soberania alimentar nos territórios periféricos.

5.5. Horta Maria Angu e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Visando transcrever a prática da Horta Maria Angu, torna-se fundamental evidenciar como as ações desenvolvidas por ela dialogam diretamente com a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas. Esta abordagem estratégica se justifica por compreendermos, a partir dos processos e ensinamentos acumulados no Mestrado Profissional em Ciências da Sustentabilidade, que a prática territorial da horta representa uma resposta concreta e integrada aos desafios da sustentabilidade

global. Assim, buscamos demonstrar como uma iniciativa comunitária, nascida na favela Kelson's/Marcílio Dias, se alinha a metas internacionais voltadas à erradicação da pobreza, ao combate à fome, à promoção da saúde, da educação e da justiça socioambiental.

Vejamos:

ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável

A atuação da Horta Comunitária Maria Angu representa um enfrentamento direto à insegurança alimentar em um dos territórios mais vulnerabilizados da cidade do Rio de Janeiro. Ao produzir alimentos orgânicos e sem uso de agrotóxicos, a horta oferece uma alternativa concreta ao modelo agroalimentar industrializado, que historicamente excluiu a população periférica do acesso a uma alimentação saudável, fresca e nutritiva. Essa produção é distribuída regularmente entre moradores da favela Kelson's/Marcílio Dias, com especial atenção para as crianças atendidas pelas creches comunitárias do território, assim como para a ONG Criando Laços Especiais, fortalecendo vínculos e cuidados com a infância e com pessoas em situação de vulnerabilidade.

De acordo com a meta 2.1 do ODS 2, os países devem "acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo crianças, a uma alimentação segura, nutritiva e suficiente durante todo o ano" (ONU, 2015). A experiência da Horta Maria Angu responde diretamente a esse objetivo ao promover o direito à alimentação adequada como eixo estruturante de uma política comunitária. Isso se expressa tanto na doação dos alimentos, quanto na valorização do saber popular sobre o plantio e colheita, que resgata práticas ancestrais e comunitárias de cuidado com a terra já citados.

Além disso, ao implementar um modelo de agricultura urbana agroecológica, a horta contribui para a meta 2.4 do mesmo ODS, que visa garantir "sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produtividade e a produção" (ONU, 2015). A escolha por práticas de cultivo agroecológicas fortalece a soberania alimentar da comunidade e amplia a consciência sobre os impactos negativos da agricultura baseada em monoculturas e insumos químicos.

Nesse contexto, a Horta Maria Angu atua como resistência ao processo de exclusão alimentar e também como proposição prática de um novo paradigma de sustentabilidade, onde o alimento deixa de ser uma mercadoria e passa a ser reconhecido como um direito fundamental. Ao mesmo tempo em que mitiga os efeitos da fome, a horta reafirma a importância de ações de base territorial no enfrentamento às desigualdades alimentares, promovendo inclusão, saúde e dignidade.

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Ao promover práticas que fortalecem a saúde integral da população da favela Kelson's/Marcílio Dias, a produção e distribuição de alimentos orgânicos e agroecológicos, atuam diretamente na promoção da segurança alimentar e nutricional, prevenindo doenças relacionadas ao consumo de ultraprocessados e ao acesso precário a alimentos saudáveis — uma realidade ainda frequente nas periferias urbanas (FORAPANI, 2019).

Além disso, a Horta Maria Angu mantém um canteiro medicinal, com plantas utilizadas tradicionalmente pela comunidade no cuidado com a saúde. Este espaço não apenas resgata saberes ancestrais, mas também reforça a autonomia e o cuidado comunitário, oferecendo alternativas naturais para alívio de sintomas e promoção do bem-estar físico e emocional. O uso das ervas medicinais em oficinas educativas e rodas de conversa amplia o acesso à informação e valoriza os conhecimentos populares como parte da saúde coletiva.

Os mutirões, as vivências comunitárias e os momentos de cuidado com a terra também se configuram como práticas de promoção da saúde mental e emocional, fortalecendo os laços sociais e o sentimento de pertencimento ao território. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017) reconhece que áreas verdes urbanas têm papel essencial na melhoria da saúde pública, atuando na redução do estresse, na promoção da atividade física e na prevenção de doenças.

Assim, a Horta Maria Angu se estabelece como um território de cura e bem-estar, ampliando o acesso a práticas de cuidado baseadas na solidariedade, no conhecimento popular e na natureza.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de Qualidade.

As práticas desenvolvidas pela Horta Comunitária Maria Angu se articulam diretamente no que diz respeito à meta 4.7, que propõe assegurar que todos os estudantes adquiram conhecimentos e habilidades necessários para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, a educação para a cidadania global, para a valorização da diversidade cultural e para a cultura de paz e não violência (ONU, 2015).

A horta se constitui como um espaço pedagógico vivo, promovendo experiências educativas que vão além da sala de aula, por meio de oficinas, visitas guiadas, mutirões e encontros com escolas e instituições do território. Ao integrar saberes populares, agroecologia e vivências territoriais, a Horta Maria Angu contribui para a construção de uma educação crítica, libertadora e enraizada no cotidiano da favela, como defende Paulo Freire (1996), quando afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

A parceria com a Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha é um exemplo concreto dessa articulação. A criação de uma horta escolar, com apoio da equipe da Horta Maria Angu e recursos oriundos do Instituto de Estudos Avançados em Humanidades da PUC-Rio, permitiu a integração entre escola, comunidade e universidade, ampliando as possibilidades de aprendizagem dos estudantes e fortalecendo o vínculo com o território.

Além disso, o desenvolvimento de conteúdos sobre educação ambiental e justiça socioambiental, conforme orientações do *Guia de Educação Socioambiental para Escolas e Territórios Sustentáveis* (PUC-Rio, 2022), tem sido fundamental para despertar o senso de responsabilidade ecológica e cidadã nos alunos. Assim, ao promover uma educação contextualizada, plural e engajada com os desafios locais, a Horta Maria Angu fortalece o compromisso com uma educação de qualidade, inclusiva e transformadora.

ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico

A chegada do Programa Hortas Cariocas, da Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2023, foi resultado direto da mobilização da equipe da horta em busca do reconhecimento do seu trabalho como política pública. Por meio desse programa,

hortelãos passaram a receber bolsas de incentivo financeiro, garantindo uma remuneração mínima e digna pelo trabalho comunitário desenvolvido. Esse apoio representa mais do que um recurso: significa valorização dos colaboradores da horta, além de favorecer o cuidado com o território e da sustentabilidade do projeto como ferramenta de transformação social.

Além disso, vimos que ao fornecer alimentos orgânicos para creches comunitárias, como a Creche Ovelhinha de Jesus e a ONG Criando Laços Especiais, a horta gera impactos econômicos concretos. A doação dos produtos reduz custos operacionais dessas instituições, que antes precisavam adquirir alimentos de fornecedores externos, muitas vezes com menor qualidade nutricional.

Além disso, esse processo de doação contribui para o bem-estar econômico dessas organizações, que passam a investir os recursos antes destinados à alimentação em outras dimensões importantes de cuidado, como atividades pedagógicas e atendimento especializado. A lógica da economia circular da Horta Maria Angu se posiciona como um catalisador de novas práticas econômicas sustentáveis, fazendo com que os alimentos colhidos na horta voltem para as mesas da própria comunidade, fechando o ciclo com dignidade e pertencimento.

ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis

Ao estimular a criação de hortas em estabelecimentos públicos, instituições de ensino e residências dentro e fora da favela Kelson's/Marcílio Dias, a Horta Comunitária Maria Angu contribui ativamente para a construção de uma urbanização mais inclusiva e sustentável. A partir da valorização do espaço urbano periférico como território vivo e produtivo, a horta fortalece o direito à cidade, ao propor o uso coletivo, agroecológico e regenerativo da terra em áreas frequentemente marcadas pela negligência do poder público e pela escassez de políticas urbanas integradoras.

Essa atuação está alinhada com as metas do ODS 11, especialmente no que se refere ao objetivo de "proporcionar o acesso universal a espaços verdes e públicos seguros, inclusivos e acessíveis, particularmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência" (ONU, 2015). Ao transformar terrenos baldios em áreas produtivas e educativas, a horta não apenas melhora a paisagem urbana e ambiental do território, como também atua na promoção da saúde, da

segurança alimentar e do fortalecimento comunitário, gerando laços de pertencimento e cuidado com o espaço coletivo.

A integração entre os mutirões de plantio, o engajamento das famílias e o incentivo à criação de hortas domésticas revela uma estratégia de resistência socioambiental que ressignifica o modo de viver nas cidades, incorporando práticas sustentáveis no cotidiano das populações urbanas mais vulneráveis. Como afirma David Harvey (2012), o direito à cidade não é apenas o direito de acesso ao espaço urbano, mas o direito de transformá-lo coletivamente, por meio da participação ativa na produção e reprodução da vida urbana.

Essa perspectiva é fortalecida pela análise de Milton Santos (2008), que compreende a cidade como o lugar onde se expressam as contradições do espaço e das relações sociais. Para o autor, o espaço urbano precisa ser lido a partir da totalidade de seus sujeitos e das dinâmicas que revelam os processos de exclusão e resistência. A atuação da Horta Maria Angu torna visível uma outra cidade — aquela que emerge da solidariedade, da justiça ambiental e da invenção cotidiana de soluções populares frente à desigualdade urbana. Assim, a horta não apenas ocupa o território, mas o reinventa como espaço de dignidade e cidadania.

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

Contribuindo com ações locais concretas para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, a Horta Maria Angu, por meio do cultivo agroecológico, da compostagem, da permacultura, da valorização de circuitos curtos de produção e do incentivo ao plantio urbano, reforça práticas de baixo impacto ambiental que promovem a regeneração do solo, a retenção de carbono e o fortalecimento da biodiversidade local.

Essas ações respondem à meta do ODS 13 que convoca os países a “integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais” (ONU, 2015), com o entendimento de que a mobilização comunitária é essencial para que os efeitos da crise climática sejam enfrentados de forma justa e eficaz. Nesse contexto, a Horta Maria Angu assume um papel pedagógico e político fundamental: ela territorializa o debate climático, mostrando que a luta por justiça climática passa também pela favela e pelas mãos de seus moradores.

Inspirando-se em autores como Boaventura de Sousa Santos (2021), compreendemos que não há justiça climática sem justiça cognitiva e epistêmica — ou seja, é preciso reconhecer os saberes populares, comunitários e periféricos como legítimos e potentes no enfrentamento da emergência climática. O trabalho cotidiano da horta, que envolve moradores em mutirões, educação ambiental e produção orgânica, representa um modo plural de pensar e agir diante da crise climática, conectando o global ao local.

Além disso, as hortas urbanas são reconhecidas pela literatura ambiental como instrumentos relevantes para a adaptação climática das cidades. Elas atuam na redução das ilhas de calor urbano, aumentam a permeabilidade do solo e favorecem a criação de microclimas e territórios biodiversos que reduzem o impacto das ondas de calor, cada vez mais frequentes. A Horta Maria Angu, neste sentido, é um exemplo de tecnologia social que alia soberania alimentar, fortalecimento comunitário e adaptação às mudanças climáticas, contribuindo para uma transição justa e inclusiva em territórios vulnerabilizados.

ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

Evidenciamos de forma concreta o papel estratégico das parcerias na promoção do desenvolvimento sustentável como estratégia de articulação da Horta Maria Angu. O investimento na articulação de redes de colaboração que reúnem diferentes atores — universidades, organizações da sociedade civil, escolas públicas, coletivos periféricos e o poder público — é em torno de um objetivo comum: a construção de uma comunidade mais justa, saudável e sustentável.

Essa atuação multissetorial se expressa, por exemplo, na parceria com o Instituto de Estudos Avançados em Humanidades (IEAHu/PUC-Rio), que por meio de edital viabilizou financeiramente a construção e expansão da horta para dentro da Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha, reforçando o diálogo entre educação formal e práticas agroecológicas no território. A colaboração com a ONG Ação da Cidadania, através da Cozinha Solidária, permite semanalmente a distribuição de refeições a famílias em situação de vulnerabilidade, conectando a produção local da horta com a segurança alimentar ampliada na favela. Outras articulações importantes incluem a Coalizão Clima de Mudança, o Instituto Perifa Sustentável, a Associação de Moradores da Kelson's, a ONG Criando Laços

Especiais e a Escola Municipal Gonzaguinha, que juntas compõem uma verdadeira rede de fortalecimento comunitário.

Essas parcerias não apenas compartilham recursos e conhecimento técnico, mas constroem um campo de confiança mútua, aprendizado coletivo e incidência política. É por meio desse tecido de relações solidárias que a Horta Maria Angu amplia sua capacidade de transformação, mobilizando saberes tradicionais e científicos em favor da justiça socioambiental. Segundo as Nações Unidas, “a revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável exige a união de governos, setor privado, sociedade civil, e pessoas” (ONU, 2015), o que se reflete diretamente na prática cotidiana da horta.

Portanto, ao integrar suas ações a esse compromisso coletivo, a Horta Maria Angu reafirma que ações locais, quando ancoradas em parcerias sólidas e horizontais, possuem potência real para enfrentar os desafios globais da sustentabilidade. Trata-se de um exemplo vivo de como territórios historicamente marginalizados podem ser protagonistas da construção de um mundo mais justo e viável para todas as formas de vida.

6. Conclusão

Neste trabalho, buscamos compreender os Serviços Ecossistêmicos associados à formação, às experiências e aos impactos da Horta Maria Angu, destacando suas ações e objetivos específicos no território. Um dos pilares dessa iniciativa é dimensionar as possibilidades de garantias da segurança alimentar para os moradores da favela Kelson's/Marcílio Dias assistidos pela Horta, seja por meio da produção e distribuição de alimentos orgânicos, com prioridade para as crianças atendidas por duas creches comunitárias parceiras, seja na promoção da educação ambiental, seja na luta por justiça socioambiental.

Compreendendo essa dinâmica, destacamos como a horta atua como um espaço de promoção de atividades socioambientais educativas, envolvendo crianças, jovens e adultos da comunidade. Essas ações são voltadas para a conscientização sobre segurança alimentar e racismo ambiental, fortalecendo práticas que integram a sustentabilidade ao cotidiano local. Também é incentivada a criação de hortas e plantios em estabelecimentos e residências, ampliando a autonomia e o impacto ambiental positivo na região.

A Horta Maria Angu busca, ainda, resgatar a memória ambiental e analisar o processo histórico de formação da favela Kelson's, entendendo o papel do racismo ambiental no desenvolvimento do território. Com isso, procura documentar o processo de implementação da horta, revelando seus desafios e potencialidades como iniciativa transformadora.

Identificamos também que a partir do engajamento e voluntariado nos variados processos de desenvolvimento da Horta Maria Angu, as ideias em torno da ocupação do espaço público, da resposta de discutir o território e da produção da consciência coletiva, nos permite ver que tudo e todos estão interligados e que os problemas globais exigem soluções também pautadas na vida dos sujeitos.

Por fim, destacamos o compromisso da equipe de coordenação da Horta com a criação de redes de apoio e parcerias externas, promovendo a incidência territorial e *advocacy* para a construção de políticas públicas socioambientais voltadas para a comunidade. Assim, a Horta Maria Angu se consolida como uma resposta integrada aos desafios locais, unindo sustentabilidade, educação e mobilização social em prol da superação de injustiças socioambientais.

Encerrar esta dissertação é, ao mesmo tempo, reconhecer que não há fim possível para um processo que se constrói cotidianamente no chão da favela, no cuidado com a terra, na partilha dos alimentos e na articulação entre sujeitos que lutam por dignidade e justiça socioambiental. A Horta Comunitária Maria Angu é mais que um projeto: é uma prática viva de resistência, enraizada nos saberes populares e na potência coletiva de transformação.

Ao longo deste trabalho, também evidenciamos como as ações da horta dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, demonstrando que, mesmo em contextos de profunda vulnerabilidade, é possível gerar alternativas sustentáveis a partir da força do território e das alianças construídas entre seus moradores e instituições parceiras.

Essa reflexão ecoa a Encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco (2015), que nos convida a uma conversão ecológica integral, afirmando que “tudo está interligado” e que é urgente “unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral” (FRANCISCO, 2015, p. 9). A horta, portanto, torna-se expressão concreta dessa ecologia integral, ao cuidar da terra, das pessoas e dos laços comunitários, alimentando corpos e esperanças.

Como bem aponta Leonardo Boff, em *Nova Era: A Civilização Planetária*, “a grande virada será ética, quando a humanidade passar da dominação da Terra para o cuidado com a Terra, de senhores a irmãos e irmãs da natureza” (BOFF, 2001). Essa ética do cuidado é o que pulsa no cotidiano da Horta Maria Angu, onde a vida comunitária, o respeito ao meio ambiente e a luta por justiça se entrelaçam.

Dessa forma, concluímos afirmando que a experiência da Horta Maria Angu não apenas contribui com a agenda global de sustentabilidade, mas também propõe um novo paradigma de convivência: mais sensível, justo e comprometido com o bem viver. Uma proposta que nasce na favela, mas que aponta caminhos possíveis para toda a humanidade.

7. Referências bibliográficas

1746 RIO. **Programa Hortas Cariocas – Perguntas Frequentes**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 2023. Disponível em: <https://www.1746.rio/hc/pt-br/articles/10821389405083-Hortas-Cariocas>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ACSELRAD, H. **Introdução à justiça ambiental**. São Paulo: Annablume, 2010.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ANDRADE, Júlia Santos Cossermelli de. Geografias Silenciadas: A Cartografia Negra Carioca na Obra de Nei Lopes. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), XVIII, 2022, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2022. Disponível em: <https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/139222.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BARTHOLL, Timo. **Geografia em Movimento: Pesquisa e Transformação Territorial**. São Paulo: Editora XYZ, 2018.

BASTOS, Valéria Pereira; SILVA, Matheus Thomas da. Questão ambiental, racismo ambiental e covid-19: velhos e novos desafios. **Mundo Livre: Revista Multidisciplinar**, Niterói, v. 7, n. 1, p. 190-208, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/mundolivres/article/view/48665>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BELMONT, Mariana (Org.). **Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil**. São Paulo: Instituto de Referência Negra Peregrum; Oralituras Editora, 2023.

BOFF, Leonardo. **Nova era: a civilização planetária**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisas participantes: o que é, como se faz**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 1, de 8 de fevereiro de 2018. Altera a Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 fev. 2018. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRUM, Mário. **Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. 334 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. P. **Agroecologia: bases científicas e práticas sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. [informar o intervalo de páginas].

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: escrivência e identidade. **Revista da Diáphora**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 44-55, 2008.

FAO – Food and Agriculture Organization. **The State of Food Security and Nutrition in the World**. Rome: FAO, 2017.

FORAPANI, G. **Desertos alimentares: o que são e como influenciam na composição das dietas das famílias**. 2019. 17 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/31230>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FRANCISCO (Papa). **Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulinas, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. Golpe Militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, 2014. p. [informar o intervalo de páginas].

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 125-146, 2015.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2025.

LOPES, Nei. **Nas águas desta baía há muito tempo: contos da Guanabara**. Rio de Janeiro: Pallas, 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de João Ferreira. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (MEA). **Ecosystems and human well-being: Synthesis**. Washington, DC: Island Press, 2005.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Hortas Cariocas**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 2023. Disponível em: <https://carioca.rio/servicos/hortas-cariocas/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. ONU inclui Programa Hortas Cariocas da Prefeitura do Rio na lista de ações essenciais para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Prefeitura do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.rio/meio-ambiente/onu-inclui-programa-hortas-cariocas-da-prefeitura-do-rio-na-lista-de-acoes-essenciais-para-alcancar-os-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 1 abr. 2025.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PENSSAN). **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**: dados da 1.^a Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de COVID-19 no Brasil. [S. l.]: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: mar. 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PENSSAN). **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**: dados do 2.^o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de COVID-19 no Brasil. [S. l.]: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

RIBAS, Leonardo Felipe de Oliveira. **Dos determinantes sistêmicos da injustiça alimentar**: Análise crítico-jurídica dos determinantes (jurídicos, políticos e econômicos) que atuam em face da efetividade dos instrumentos da justiça alimentar (do direito humano à alimentação adequada, da política de segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar) no Brasil. 2022. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/60708/60708.PDF>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SILVA JÚNIOR, Walmyr Gonçalves da. **Saindo das Palafitas: Uma análise histórica do processo de urbanização da favela Marcílio Dias no Complexo da Maré**. 2016. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

TEEB – THE ECONOMICS OF ECOSYSTEMS AND BIODIVERSITY. **TEEB manual for cities: Ecosystem services in urban management**. [S. l.], 2010. Disponível em: <http://www.teebweb.org/teeb-for-cities/>. Acesso em: 1 abr. 2025.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

VIA CAMPESINA. **Declaração de Nyéléni sobre Soberania Alimentar**. Mali, 2007.

VIA CAMPESINA. **Soberania alimentar: um direito de todos**. [S. l.], 2003. Disponível em: <https://viacampesina.org>. Acesso em: 10 fev. 2025.

WHO – World Health Organization. **Urban green spaces and health: a review of evidence**. Copenhagen: Regional Office for Europe, 2017. Disponível em: <https://www.euro.who.int/en/publications/abstracts/urban-green-spaces-and-health-a-review-of-evidence-2016>. Acesso em: 31 mar. 2025.